

Caderno

3

COLETÂNEA
SABERES  SOCIOBIO

Gênero e Juventude: *intersaberes e olhares sobre os protocolos de consulta e consentimento prévio, livre e informado*

CO-AUTORAS

Amanda Rayana da Silva Santos

Elizângela da Silva Costa

Elizeth Marques de Souza

Ruth Helena Cristo Almeida

FACILITADORA: Floriana Breyer



 **stricto
ensu**
Editora



Ficha Técnica - Caderno 3



FICHA TÉCNICA DA PUBLICAÇÃO

Revisão Técnica - Floriana Breyer, Luciana Villa Nova, Simone Athayde

Coordenação Editorial - Floriana Breyer

Revisão de Texto - Felipe Schmidt Fonseca

Editoração, Projeto Gráfico e Diagramação - Felipe Lobo

Ilustrações - Felipe Lobo e Frederico Pardini

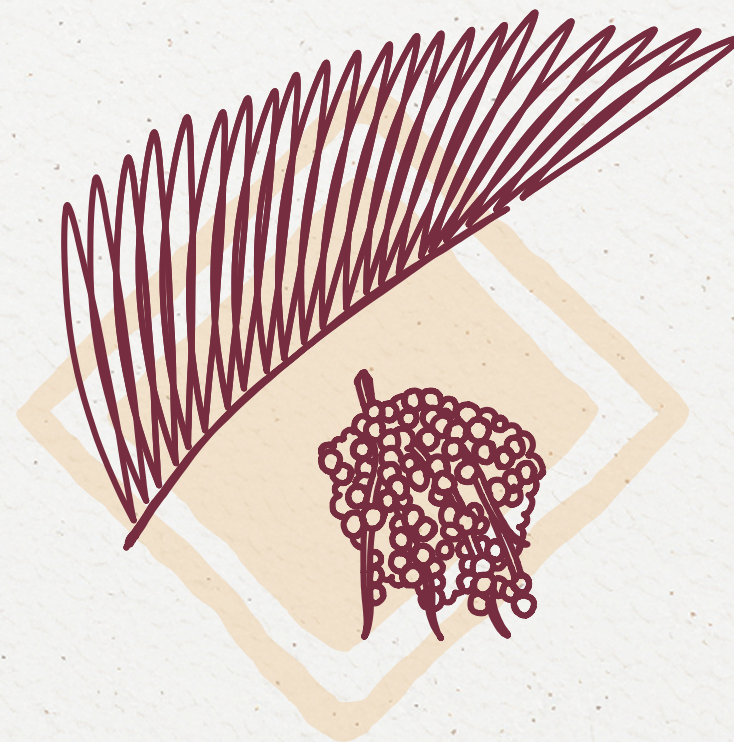
REFERÊNCIA PARA LISTA BIBLIOGRÁFICA

SANTOS, Amanda Rayana da Silva; COSTA, Elizângela da Silva; SOUZA, Elizeth Marques de; ALMEIDA, Ruth Helena; BREYER, Floriana.

Coletânea Saberes Sociobio – Caderno 3: Gênero e Juventude: Intersaberes e Olhares sobre os Protocolos de Consulta e Consentimento Prévio, Livre e Informado. 1. ed. São Paulo: Stricto Sensu, 2025.

ISBN 978-65-80261-55-0

DOI: 10.35170/ss.ed.9786580261550.





Créditos gerais - Saberes Sociobio



A Iniciativa Saberes Sociobio é uma iniciativa colaborativa que articula lideranças indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas, acadêmicas e institucionais da Amazônia, promovendo o diálogo entre saberes tradicionais e científicos para o fortalecimento de sociobioeconomias justas, inclusivas e inovadoras.

CÍRCULO DE CONHECIMENTO

Amanda Rayana Silva Santos

Ribeirinha Marajoara, Muaná (PA)

André Fernando Baniwa

Povo Baniwa – São Gabriel da Cachoeira (AM) |
Secretaria de Saúde Indígena / Ministério da
Saúde / Universidade de Brasília (UnB)

Carlos Nobre

Painel Científico pela Amazônia (SPA) | AMIT

Chicoepab Suruí Dias

Povo Paiter Suruí (RO) | Centro Cultural
Indígena Paiter Wagôh Pakob | Doutor em
Ciências Humanas pela Universidade Federal do
Rio de Janeiro (UFRJ/IFCS)

Danilo Nelson Santos Miranda

Comunidade Jauara-Aurora do Pará/ Vice-
Presidente da Associação Quilombola de
Agricultores e produtores rurais do rio
capim(AQAPRIC) | Mestrando da Universidade
de Brasília (UnB) / Movimento
Afrodescendente do Pará (Mocambo)

Dionatas Ulises de Oliveira Meneguetti

Universidade Federal do Acre (UFAC)

Elizângela da Silva Costa

Povo Baré – São Gabriel da Cachoeira (AM)
Doutoranda da Faculdade de Saúde Pública –
Universidade de São Paulo (USP)

Elizeth Marques de Souza

Comunidade Ribeirinha de Ajó – Cametá (PA) |
Rede Jirau de Agroecologia

Floriana Breyer

IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas /
BiodiversasLab

Jéssica Martins de Albuquerque

Comunidade Quilombola Lajeado – Dianópolis
(TO) | CONAQ / COEQTO

Josiane dos Santos Carmo

Comunidade Quilombola Serrinha (AM) |
Movimento de Mulheres Quilombolas da
Amazônia

Lúcia Tereza Ribeiro do Rosário

Instituto Internacional de Educação do Brasil
(IEB) | Mestra em Desenvolvimento Regional
pela Universidade Federal do Amapá (Unifap)

Luciana Villa Nova

Painel Científico para a Amazônia (SPA) |
Mangará Eco Inovação e Sustentabilidade

Luiz Ricardo Marinello

Marinello Advogados

Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves

Universidade Federal do Amazonas (UFAM) |
Grupo Interação

Miqueias Santos de Souza

Comunidade Vila Vitória – Reserva Extrativista
Rio Ituxi (AM) | Instituto Nacional de Pesquisas
da Amazônia (INPA) / Projeto UNESCO–LVMH
Amazônia

Ruth Helena Cristo Almeida

Universidade Federal Rural da Amazônia
(UFRA) | GERAR/CNPq

Simone Athayde

Painel Científico para a Amazônia (SPA) / World
Resources Institute (WRI)



Créditos gerais - Saberes Sociobio



CÍRCULO GESTOR

André Fernando Baniwa – Visão Estratégica
Liderança Baniwa, mestrando UNB e membro do Ministério da Saúde

Carlos Nobre – Diretor Estratégico
*Climatólogo, Instituto de Estudos Avançados da USP / Instituto Amazônia 4.0;
Co-Presidente do Painel Científico para a Amazônia (SPA)*

Floriana Breyer – Coordenadora Executiva
Artista-pesquisadora, fundadora do Biodiversas Lab e co-líder da Frente de Bioeconomia do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ)

Luciana Villa Nova – Diretora Executiva
Gestora e articuladora na Mangará Inovação e Sustentabilidade; Membro do Comitê Científico do Painel Científico para a Amazônia (SPA)

Simone Athayde – Diretora Científica
Líder de Integridade em Pesquisa no World Resources Institute (WRI) e Membro do Comitê Científico do Painel Científico para a Amazônia (SPA)

Frederico Pardini – Comunicação
Mangará Eco Inovação e Sustentabilidade

Aline Paixão, Esmália Raiol e Vanessa Dias – Gestão Financeira
BIOTEC Amazônia

Catherine Magnani – Apoio Administrativo

Isabela Zilah – Apoio Comunicação

CÍRCULO CONSULTIVO

Gasodá Suruí – Superintendente Estadual dos Povos Indígenas, Governo do Estado de Rondônia

Terezinha Perna Silva – Liderança da Reserva Extrativista Verde para Sempre

Maria Daiana Figueiredo da Silva – Quilombola e Presidenta da COOPAFLORA

Adnilson de Almeida Silva – Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado), Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Alexis de Sousa Bastos – Centro de Estudos Rio Terra

André Braga Junqueira – Painel Científico para a Amazônia (SPA)

Carolina Nascimento – Vale

José Seixas Lourenço – BIOTEC Amazônia

Sérgio Augusto Oliveira Alves – BioTec-Amazônia

Guilherme Oliveira – Instituto Tecnológico Vale (ITV)

Maria das Graças Ferraz Bezerra – Instituto Tecnológico Vale (ITV)

Márcia Soares – Fundo Vale



Realização



Apoio



Parcerias Estratégicas



Parcerias Institucionais





Apresentação | Saberes Sociobio: diálogos intersaberes para a promoção de sociobioeconomias inovadoras na Amazônia

A Iniciativa Saberes Sociobio nasceu em 2023, inspirada pelos debates que antecederam a Cúpula da Amazônia, realizada em Belém do Pará. Na Conferência Pan-Amazônica de Bioeconomia, representantes de Povos Indígenas, Povos Afrodescendentes (incluindo comunidades Quilombolas e outras), Comunidades ribeirinhas e extrativistas enfatizaram a invisibilidade histórica dos saberes ancestrais nos processos de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) e reivindicaram protagonismo na construção de novas economias amazônicas.

O cientista Carlos Nobre, referência internacional em mudanças climáticas, teve papel decisivo na articulação que deu origem à iniciativa. Ao lado de Luciana Villa Nova e Simone Athayde, integrantes do comitê científico do Painel Científico para a Amazônia (SPA), consolidou-se a visão de criar espaços de inovação intercultural, onde ciências ancestrais e acadêmicas possam se encontrar em condições de equidade. Somaram-se a esse time inicial Floriana Breyer, pesquisadora e co-líder da frente de Bioeconomia do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) e Luiz Ricardo Marinello, advogado especialista em inovação e repartição de benefícios, sócio do escritório Marinello Advogados. Esse grupo configurou o **Círculo Gestor**, primeiro círculo da iniciativa e núcleo articulador de um modelo de governança baseado em três círculos interdependentes: o **Círculo Gestor**, o **Círculo do Conhecimento** e o **Círculo Consultivo**. Juntos, esses círculos formam o núcleo vivo da iniciativa, sustentando a integração entre ciência e saberes tradicionais por meio de uma estrutura horizontal, colaborativa e policêntrica.





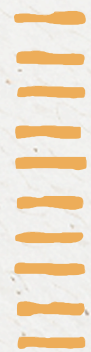
Como registramos no artigo coletivo publicado na Stanford Innovation Review Brasil (2024), “Conexões e Desafios para a Equidade entre Saberes Tradicionais e Acadêmicos nas Bioeconomias Amazônicas”, a Saberes Sociobio propõe redefinir o próprio significado de inovação na Amazônia, deslocando o foco da tecnologia isolada para as relações, reciprocidades e processos de coprodução de conhecimento. A inovação intersaberes entende que o conhecimento não se extrai nem se transfere — compartilha-se, respeitando a origem e reconhecendo os diversos sistemas de conhecimento como Ciências.

Esse posicionamento responde aos desafios contemporâneos da chamada nova bioeconomia, que só poderá florescer se for capaz de reconhecer a pluralidade dos modos de vida, de valorizar a diversidade epistemológica da Amazônia e de garantir condições equitativas de participação às populações que mantêm os ecossistemas mais preservados do planeta. A proposta da sociobioeconomia — ou das múltiplas sociobioeconomias amazônicas — emerge como alternativa ética e concreta para essa transição, fortalecendo arranjos produtivos locais e coletivos baseados no bem viver, na solidariedade e

na autodeterminação dos povos. Buscando através da união dos saberes, desvendar e alavancar o potencial dos bioativos aliado aos usos ancestrais à biotecnologia.

A abordagem metodológica Saberes Sociobio é participativa e transdisciplinar e sua governança se organiza de forma circular, em três esferas complementares. O **Círculo Gestor** coordena e integra as frentes da iniciativa; o **Círculo do Conhecimento** reúne pesquisadores e conhecedores tradicionais que protagonizam os estudos e publicações; e o **Círculo Consultivo** é formado por lideranças e especialistas que oferecem suporte técnico, ético e político. Inspirado nas filosofias ancestrais da circularidade, esse modelo substitui estruturas hierárquicas por colaboração horizontal, corresponsabilidade e escuta contínua.

Em 2024, foi realizada uma chamada pública para a conformação do Círculo do Conhecimento, buscando garantir representatividade, diversidade territorial e o protagonismo de lideranças e pesquisadores de Povos Indígenas, Povos Afrodescendentes (incluindo comunidades Quilombolas e outras), Comunidades ribeirinhas e extrativistas e de instituições acadêmicas. O processo seletivo foi conduzido





com base em critérios de transparência e equidade. Foram considerados o engajamento e a atuação no tema de diálogo e articulação de saberes para a economia da sociobiodiversidade; a experiência nos distintos elos das cadeias produtivas da sociobio e nos processos de inovação; a representatividade legitimada pelos pares; a diversidade territorial e geográfica entre os estados da Amazônia Legal; a participação em redes e movimentos ligados à ciência, inovação e desenvolvimento territorial; a disponibilidade e capacidade de articulação para mobilização e execução das atividades.

O resultado desse processo culminou na seleção de 12 representantes de diferentes regiões e origens, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas e acadêmicos, entre eles: Amanda Rayana da Silva Santos; André Fernando Baniwa; Chicoepab Suruí Dias; Danilo Nelson Santos Miranda; Dionatas Ulises de Oliveira Meneguetti; Elizângela da Silva Costa Baré; Elizeth Marques de Souza Zete; Jéssica Martins de Albuquerque; Josiane dos Santos Carmo; Lúcia Tereza Ribeiro do Rosário; Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves; Miqueias Santos de Souza; e Ruth Helena Cristo Almeida. Este time, juntamente com o círculo gestor, conformou



o Círculo do Conhecimento Saberes Sociobio, que contou com apoio e mentoria do Círculo Consultivo formando um coletivo plural e transdisciplinar comprometido com o fortalecimento das Sociobioeconomias amazônicas.

Um encontro presencial em Brasília, realizado em agosto de 2024, marcou o início dos grupos de trabalho dessa construção, reunindo integrantes dos círculos para definir os eixos temáticos e as metodologias colaborativas que orientaram o trabalho coletivo. A partir desse encontro e das rodas de saberes, emergiram quatro grupos de trabalho que estruturam esta coletânea: o grupo de Diálogos Intersaberes, que aborda os desafios estruturais entre ciência acadêmica e saberes tradicionais; o de CT&I e Mecanismos de Financiamento, voltado aos caminhos para fundos e instrumentos equitativos de pesquisa; o de Justiça e Mudanças Climáticas, sobre interações de saberes para adaptação e resiliência dos territórios e comunidades; e o de Gênero, Juventude e Protocolos de Consulta, dedicado à inclusão de mulheres e jovens nos processos de consulta prévia livre e informada. Cada grupo desenvolveu seus próprios métodos, unindo revisão crítica, rodas de saberes, entrevistas e webinários — sempre buscando in-

cluir distintas vozes e dando origem às seções de perspectivas multiculturais e análise integrada de achados presentes em cada caderno.

Um dos marcos de inovação deste projeto foi a equalização das bolsas de pesquisa, garantindo valorização equitativa dos saberes tradicionais e acadêmicos. Por meio da BioTec-Amazônia, foi possível viabilizar bolsas justas e compatíveis para todos os participantes, reconhecendo tanto a jornada acadêmica quanto às jornadas enraizadas nos territórios e na ancestralidade.

A contribuição da Iniciativa Saberes Sociobio é criar princípios, processos e instrumentos — conceituais, metodológicos, legais e de financiamento — que viabilizem inovação intersaberes em políticas públicas, institutos de pesquisa, organizações da sociedade civil. O resultado desta primeira jornada de cocriação de conhecimento é apresentado aqui na Coletânea Saberes Sociobio. A coletânea está organizada em quatro ca-

dernos temáticos, escritos por um coletivo transdisciplinar, multicultural e multiétnico que compõe o Círculo de Conhecimento da Iniciativa.

Cada caderno é autônomo, mas o conjunto forma um corpo integrado de reflexões e práticas voltadas à promoção de Sociobioeconomias Amazônicas — fundadas na equidade entre saberes, justiça climática e epistêmica e processos de co inovação.

Para acessar todos os cadernos, visite: www.saberessociobio.com/coletanea-abertura e, a seguir, embarque conosco no **Caderno 3: Gênero e Juventude: intersaberes e olhares sobre os protocolos de consulta e consentimento prévio, livre e informado.**



Gênero e Juventude: *intersaberes e olhares sobre os protocolos de consulta e consentimento prévio, livre e informado*

Sumário

Sobre as autoras.....	11
Lista de abreviações.....	12
1. Introdução.....	13
2. Metodologia.....	20
3. Perspectivas multiculturais	23
3.1. Perspectiva de Universidades e Centros de Pesquisa	24
3.2 Perspectivas Ribeirinhas e Agroextrativistas - Protagonismo Feminino na Sociobioeconomia a Partir do Protocolo de Consulta no Território do Baixo Tocantins/PA	35
3.3 Perspectiva Indígena	54
4. Análise integrada dos achados	67
5. Recomendações para ICTs, empresas e comunidades	79
6. Proposta de ação e Semente de futuro	85
7. Referências bibliográficas.....	92

Sobre as autoras



Elizângela da Silva Costa

Seu nome indígena é Yãkanga, que significa cabeça. Uma mulher indígena, artesã, agricultora, mãe, professora, liderança, falante da língua nheengatu e pesquisadora indígena doutoranda em Saúde Pública na USP. Membro indígena do Círculo do Conhecimento da Iniciativa Saberes Sociobio. Indígena Baré, doutoranda na Faculdade de Saúde Pública da USP. Liderança da Terra Indígena Cué-Cué Marabitanas, no Amazonas. Alto Rio Negro, AM.



Amanda Rayana da Silva Santos

Pesquisadora voluntária do grupo de trabalho. De origem ribeirinha, mestre em Gestão de Recursos Naturais e desenvolvimento Local na Amazônia PPGEDAM/UFGA. Atuação voltada ao fortalecimento de cooperativas e associações da agricultura familiar e de povos tradicionais no Pará, com atenção especial à região do Baixo Tocantins. (COAMA)



Elizeth Marques de Souza

Membro ribeirinha/extrativista do Círculo do Conhecimento da Iniciativa Saberes Sociobio. Liderança feminina integrante e secretária executiva da Rede Jirau de Agroecologia, especialista em agroecologia IFPA, Cametá, PA.



Ruth Helena Cristo Almeida

Membro da Academia do Círculo do Conhecimento da Iniciativa Saberes Sociobio. Doutora em Ciências Agrárias e socióloga rural, líder do Grupo de Pesquisa em Relações de Gênero e Ruralidades Amazônicas (GERAR/CNPq), docente na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA).



Floriane Breyer

Artista, pesquisadora e Mestra em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável (ESCAS/IPÊ), pesquisadora e co-líder da Frente de Bioeconomia do IPÊ. Fundadora do Biodiversas Lab e coordenadora executiva e integrante do Círculo de Conhecimento Saberes Sociobio.



Lista de abreviações

A

ACOMQUISC: Associação da Comunidade Quilombola Sítio Conceição

AMIARN: Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro

ARQUIA: Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo das Ilhas de Abaetetuba

C

CGGAM: Coordenação Geral de gestão Ambiental

CLPI: Consentimento livre, prévio e informado

CNPI: Comissão Nacional de Política Indigenista

D

DMIRN: Coordenadora do Departamento de Mulheres Indígenas do Rio Negro

DPU: Defensoria Pública Geral da União

F

FASE: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FOIRN: Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro

FUNAI: Fundação Nacional dos Povos Indígenas

G

GERSAPT: Grupo de Estudos das Relações Sócios Ambientais e Povos Tradicionais

GESTERRA: Grupo de estudos Grupo de Estudo Sociedade, Território e Resistência na Amazônia

GT: Grupo de trabalho

I

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

iCMBio: Instituto Chico Mendes para conservação e Biodiversidade

M

MALUNGU: Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará

MMA: Ministério do Meio Ambiente

N

NAEA: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

O

OIT: Organização Internacional do Trabalho

P

PCD: Pessoas com Deficiência

PCPLI: Protocolo de consentimento prévio, livre e informado

PDPI: Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas

PGTAs: Plano Gestão Territorial e Ambiental

PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNB: Política Nacional da Biodiversidade

PNGATI: Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPTAL: Projeto Piloto de Proteção dos Povos Indígenas da Amazônia Legal

PRONERA: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

R

RESEX: Reserva Extrativista

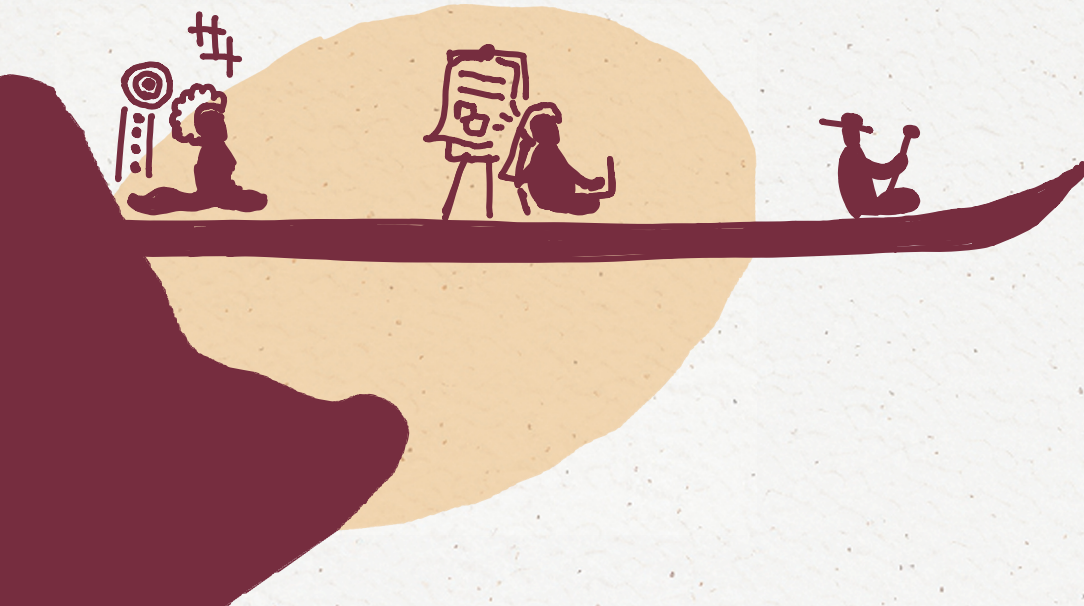
U

UFPA: Universidade Federal do Pará

UFRA: Universidade Federal Rural da Amazônia



1. Introdução





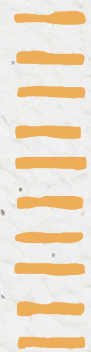
Nós, do Grupo de Trabalho (GT) Sociobioeconomia na Amazônia: relações de gênero - mulheres, juventude e novas linguagens que integra o Círculo do Conhecimento Saberes Sociobio, convidamos para conhecer nossa reflexão dialógica e de colaboração Intersaberes, que teve como ponto de partida os Protocolos Autônomos de Consulta e Consentimento Prévio, Livre e Informado elaborados por comunidades tradicionais nos estados da Amazônia Brasileira.

Decidimos trazer este ponto de partida dentro do contexto da Coletânea Saberes Sociobio, entendendo que todos os processos de pesquisa, inovação e desenvolvimento de uma sociobioeconomia inclusiva pressupõe uma interação com territórios e as comunidades que ali habitam e que os PCPLI são instrumentos valiosos e legalmente respaldados para orientar estas interações e garantir que os direitos destas comunidades sejam respeitados.

Nossa análise passa por uma abordagem intersaberes com reflexão de uma mulher da academia, duas de origem extrativista e uma indíge-

na. O nosso objeto de reflexão é analisar a existência ou não de práticas de valorização e inclusão de gênero, juventude e novas linguagens na elaboração dos protocolos autônomos de consulta e consentimento prévio, livre e informado em projetos que envolvem, em especial, produtos da sociobioeconomia. Vamos percorrer três reflexões que envolvem a Academia, o Jirau e o Cesto de Conhecimento Tradicional. Tanto o Jirau quanto o Cesto de Conhecimento Tradicional são utilizados por mulheres, de diferentes territórios da Amazônia, para atividades do dia a dia e que envolvem, na sua maioria, produtos como castanha-do-Brasil, manga, cajá, cacau, mandioca, tucumã, buriti, plantas medicinais e comidas regionais.

O nosso jirau, que serve de várias utilidades dentro de cada território, guarda histórias de mulheres de todas as idades, de mulheres que querem crescer e fazer crescer outras mulheres, que ouvem o choro e o sorriso, os pedidos mais simples e os mais sufocantes. É também um espaço de apoio: nele colocamos nossa bacia para lavar as meninas e meninos, para lavar roupas, lavar louças e para lavar um rosto sofrido de



uma mulher que trabalhou o dia todo na roça e ainda tem muita coisa para fazer na tarefa de casa. Nele se lava também o rosto da mulher que chora sozinha para esconder o seu sofrimento, o seu cansaço, as suas dores.

« TODOS OS PROCESSOS DE PESQUISA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE UMA SOCIOBIOECONOMIA INCLUSIVA PRESSUPÕEM UMA INTERAÇÃO COM TERRITÓRIOS E AS COMUNIDADES QUE ALI HABITAM. »

Além disso, temos o nosso Jirau como espaço para secar o peixe, o camarão, a tapioca, a crueira que serve de alimento para as pessoas. Não podemos esquecer do cultivo e da limpeza das hortaliças, das plantas medicinais e as ornamentais. Quantas histórias entre as plantas do Jirau (ornamentais, medicinais e hortaliças) e as mulheres, elas que regam as hortaliças que temperam, que dão um gosto e um cheiro delicioso na nossa culinária alimentando o corpo e a alma.

Alimento que nos fortalece para seguirmos em frente na nossa jornada, pois sem um alimento de verdade não há vida saudável.

A relação da mulher com o cuidar e colher das plantas medicinais é um ritual de reverência de uma mulher para com a planta, é um momento de conexão onde a mulher, no momento da coleta, pede ao grande espírito para que aquela planta possa curar o corpo e a alma da pessoa que precisa daquele remédio. Tivemos conversas muito confidenciais que não podemos revelar, mas podemos garantir que a conexão de uma mulher com as plantas 'é a mais verdadeira que existe.'

Assim, convidamos você leitor para tecer esse Cesto do Conhecimento no nosso Jirau intersaberes. Neste capítulo, o cesto se amplia e transborda de conhecimentos, carregando histórias das mulheres indígenas, extrativistas, quilombolas e acadêmicas!

Ao integrarmos um projeto que se propõe a *confluir numa aliança composta por pesquisadores indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, acadêmicos e especialistas para subsidiar processos de diálogo, colaboração e articulação de co-*

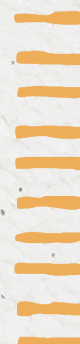


nhcimentos tradicionais e científicos, em ações ligadas à promoção da sociobioeconomia na Amazônia, nos confrontamos com um desafio de reelaborar formas de pensar que ainda centram nas metodologias científicas acadêmicas, influenciando valores, comportamentos e a forma de como compreendemos e transformamos o mundo ao nosso redor.

Além do mais, não se costuma pensar os espaços, contextos e suas populações na sua diversidade, na sua multiplicidade de condições e modos de vida, na variedade de relações sociais, entre as quais estão as relações de gênero e juventude. Neste contexto, considerando a pluralidade do grupo, composto por integrantes historicamente invisibilizados, por vezes vistos como “objeto de pesquisa”, criou-se o **Grupo de Trabalho Sociobioeconomia na Amazônia: relações de gênero - mulheres, juventude e novas linguagens**, composto por mulheres lideranças, atuantes nos seus territórios e redes, já inseridas no debate gênero e juventude no contexto da sociobioeconomia.

Ao compormos este GT, também nos propusemos a uma colaboração intersaberes para a leitura da realidade, focando num instrumento específico : os protocolos autônomos de consulta e consentimento prévio, livre e informado. A distância territorial do Amazonas ao Pará, fez com que organizássemos nossas atividades através de reuniões on-line, entrevistas com mulheres e jovens lideranças, reuniões com nossa facilitadora, organização de webinars sobre protocolos envolvendo lideranças indígenas, organizações da sociedade civil e academia, diagnóstico e sistematização dos protocolos de consulta indígenas, quilombolas, populações tradicionais, além dos que tratavam sobre sociobiodiversidade.

Mas porque focar nos protocolos, com recorte em gênero, juventude e novas linguagens?



Um protocolo de consulta de populações tradicionais é um conjunto de diretrizes e procedimentos que estabelece como devem ser realizadas as consultas e interações com as comunidades tradicionais, como povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, e outras populações que possuem modos de vida, culturas, e conhecimentos específicos. Esse tipo de protocolo visa garantir que os direitos dessas populações sejam respeitados e que sua participação em processos decisórios seja efetiva, informada e consentida.

Os Protocolos de consulta a populações tradicionais são baseados na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada por diversos países, incluindo o Brasil (2002). Este instrumento de caráter, a princípio jurídico, contém como principais aspectos: assegurar que qualquer ação ou projeto que possa afetar as populações tradicionais seja previamente discutido com elas; garantir o respeito aos direitos territoriais, culturais e sociais dessas comunidades; promover a participação ativa e o consentimento livre, prévio e informado (CLPI) das comunidades em decisões que afetem suas vidas e territórios.

UM PROTOCOLO DE CONSULTA DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS É UM CONJUNTO DE DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS QUE ESTABELECE COMO DEVEM SER REALIZADAS AS CONSULTAS E INTERAÇÕES COM AS COMUNIDADES TRADICIONAIS.

Diversos estudos, como os de Cunha (2012), têm destacado a importância do direito ao consentimento livre, prévio e informado dos povos indígenas e comunidades tradicionais, conforme estabelecido pela Convenção nº 169 da OIT, da qual o Brasil é signatário. A autora enfatiza que a efetividade desse direito depende não apenas de sua previsão legal, mas também da construção de mecanismos legítimos de consulta que respeitem os sistemas próprios de organização social e os valores culturais dessas populações.

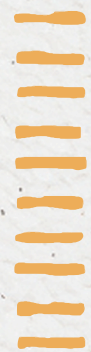


Nesse contexto, os protocolos de consulta elaborados pelas próprias comunidades têm se mostrado instrumentos fundamentais para assegurar a autodeterminação e a participação qualificada dos povos tradicionais em decisões que afetam seus territórios e modos de vida. O Instituto Socioambiental (ISA) tem atuado ativamente na sistematização e no apoio à elaboração desses protocolos, defendendo que sua adoção fortalece a governança territorial e o controle social.

Nestes termos, O GT buscou explorar três perguntas-chave que nortearam o processo de pesquisa. A primeira delas: “Como promover o diálogo de colaboração intersaberes para a construção de protocolos que sejam mais justos e equilibrados entre as partes envolvidas?”. Compreendemos que a intersecção entre sociobioeconomia, gênero, juventude e novas linguagens é um campo fértil para a construção de conhecimentos e práticas que promovam a justiça social e a equidade. Neste capítulo, exploraremos a importância do diálogo de colaboração intersaberes como um instrumento fundamental para a criação de protocolos de consulta que respeitem os direitos e vozes das comunidades tradicionais. Essas comunidades, muitas

vezes marginalizadas nos processos de tomada de decisão, desempenham um papel vital na gestão sustentável dos recursos naturais e na promoção de práticas socioeconômicas que respeitem a diversidade cultural e ambiental.

A segunda: “Como assegurar que as vozes e os direitos das comunidades tradicionais sejam respeitados em processos de tomada de decisão que envolvam produtos, serviços e processos da sociobioeconomia?..” A sociobioeconomia surge como um campo inovador que busca a conexão entre a riqueza dos saberes tradicionais e as práticas contemporâneas de desenvolvimento econômico sustentável. No entanto, para que essa integração seja genuína e eficaz, é imperativo que as vozes e os direitos das comunidades tradicionais sejam respeitados e assegurados em todos os processos de tomada de decisão que envolvam mudanças em seus territórios ou modos de vida.



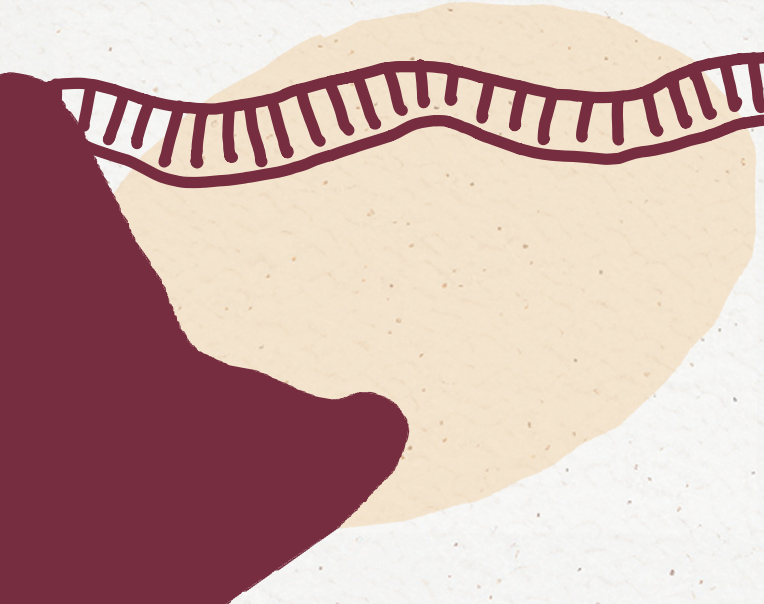
E por fim, estamos em busca de responder a terceira pergunta: “Como garantir de fato a participação de mulheres e jovens nos protocolos de consulta?”. Este capítulo se propõe a explorar a efetividade da inclusão de mulheres e jovens nos protocolos de consulta, fundamentais para garantir que suas vozes sejam não apenas ouvidas, mas também respeitadas, valorizadas e incluídas.

Com o propósito de alcançar respostas a estas perguntas, este caderno tem como objetivo analisar os protocolos de consulta elaborados em comunidades tradicionais nos estados da Amazônia Brasileira, observando a existência ou não de práticas de valorização de gênero, juventude e novas linguagens que abordem a temática da sociobioeconomia. E a partir desta análise trazer recomendações, numa linguagem acessível, no formato de passo a passo, para alcançar os objetivos propostos.





2. Metodologia



O estudo foi desenvolvido por meio da análise de 42 Protocolos de Consentimento Prévio, Livre e Informado elaborados por Povos e Comunidades Tradicionais que se encontram nos Estados do Amazonas e Pará. O estado do Amazonas possui área territorial de 1.559.255,881km², com uma população de 3.941.613 e Índice de desenvolvimento humano (IDH) 0,7. O estado do Pará, por sua vez, possui área territorial de 1.245.870,704km², com uma população de 8.120.131 e IDH de 0,69. (IBGE, 2022).

Pará e Amazonas são exemplos emblemáticos de contextos nos quais os conflitos institucionais se tornaram cada vez mais recorrentes, em razão da complexidade socioambiental e da diversidade de atores presentes nesses territórios. Ambos os estados concentram amplas extensões territoriais e uma pluralidade de recursos naturais, genéticos e culturais, além de abrigarem diferentes grupos sociais, como povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, entre outros. Essa realidade evidencia não apenas a riqueza socioecológica da

região, mas também os desafios para a efetiva mediação dos interesses em disputa.

Conforme aponta Silva Júnior e Menezes (2020), a intensificação dos conflitos institucionais na Amazônia se relaciona com a fragilidade dos mecanismos participativos, frequentemente capturados por interesses políticos e econômicos que dificultam a implementação de modelos de governança territorial realmente inclusivos. Nesse cenário, a emergência de novos espaços de deliberação coletiva, impulsionados por pressões sociais e ambientais, revela a necessidade de reinventar as instâncias de participação, sobretudo com foco na inclusão de grupos historicamente marginalizados.

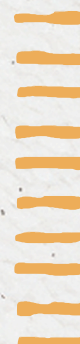
Para a obtenção dos resultados, foram adotadas abordagens quantitativa e qualitativa, com o objetivo de reunir dados sobre os protocolos de consulta nos estados do Pará e do Amazonas. A pesquisa envolveu análise documental, conforme a metodologia proposta por Marconi e Lakatos (2003, 2010), por meio do levantamento de informações em fontes como o Observatório de Protocolos, o Ministério Público, além de bases acadêmicas como SciELO e Google Acadêmico.





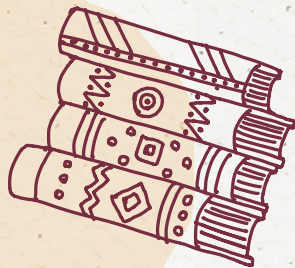
A etapa de documentação direta compreendeu a realização de pesquisa de campo, incluindo entrevistas informais, previamente autorizadas pelos atores sociais envolvidos, bem como a realização de um webinar com representantes de comunidades tradicionais e organizações sociais locais. Para o tratamento dos dados, utilizaram-se o Microsoft Excel, na elaboração de gráficos, e o método comparativo, com a finalidade de identificar semelhanças e diferenças entre os anos analisados (Marconi e Lakatos, 2003).

A seguir, serão apresentadas três análises de protocolos de consulta distintos. A primeira aborda a invisibilidade de gênero nos protocolos de consulta, discutindo como promover o diálogo com a academia e garantir a inclusão efetiva de mulheres e jovens nesses processos. Em seguida, será explorado o protagonismo feminino na sociobioeconomia, com base nos protocolos desenvolvidos no Território do Baixo Tocantins (PA). Por fim, analisa-se a contribuição dos “cestos de conhecimentos” a partir da perspectiva de uma mulher indígena do Povo Baré, pertencente à família linguística Aruak, destacando sua atuação na sociobioeconomia no estado do Amazonas.





3. Perspectivas multiculturais





3.1. PERSPECTIVA DE UNIVERSIDADES E CENTROS DE PESQUISA

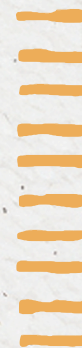
POR RUTH HELENA CRISTO ALMEIDA
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA

3.1.1. A invisibilidade de gênero nos protocolos de consulta: como garantir o diálogo com a academia e a inclusão de mulheres e jovens?

Um protocolo de consulta é um conjunto de orientações e procedimentos legais que definem a maneira adequada de conduzir consultas e interações com comunidades que possuem culturas, saberes e modos de vida específicos. Os Protocolos Autônomos ou Comunitários de Consulta e Consentimento Prévio, Livre e Informado, sejam eles indígenas, quilombolas, ribeirinhos, e extrativistas, dentre outros, são desenvolvidos para assegurar que os direitos dessas comunidades sejam respeitados, promovendo uma participação real, informada e consensual nos processos de tomada de decisão que possam impactar seu território e modos de vida (Giffoni, 2020).

Sendo este um importante instrumento de efetivação de direitos e políticas públicas, requer o envolvimento de diferentes atores e instituições, além de novas formas e elementos que promovam a integração no processo de construção do conhecimento. Neste processo, simultaneamente, é favorecida a aprendizagem mútua entre pesquisadores, técnicos e outros envolvidos. O diálogo entre saberes, tanto no âmbito das populações na construção dos protocolos, quanto em contextos além dos espaços acadêmicos, pode ser enriquecido por meio da troca de experiências e pelo desenvolvimento da consciência individual e coletiva sobre a natureza inter e transdisciplinar desse processo (Athayde, 2014).

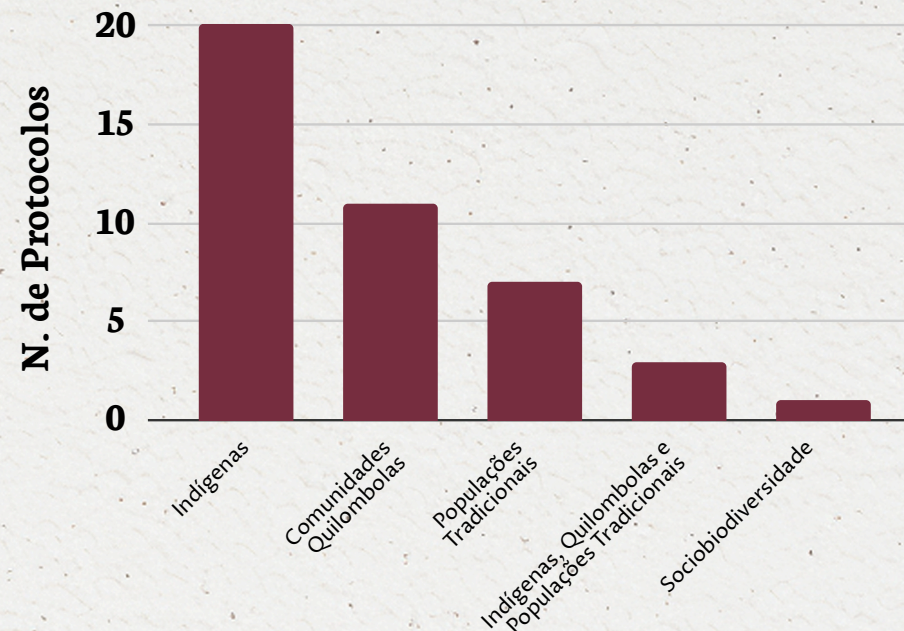
Nesta perspectiva, **este capítulo objetivou responder se os protocolos analisados nos estados do Pará e do Amazonas estão observando e garantindo a existência de práticas de valorização de gênero, juventude, novas linguagens e abordando a temática da sociobioeconomia.** Para além disso, foi observado nos protocolos se os mesmos foram produzidos na língua nativa da comunidade ou povo, assim como



se as entidades parceiras – ONGS, academia, instituições de ensino e extensão, empresas – que auxiliaram e financiam a elaboração dos mesmos, dialogaram entre si e auxiliaram ou não na inclusão de mulheres e jovens.

Para isto, foram analisados 42 Protocolos, selecionados de acordo com o grupo social, em diferentes plataformas (Observatório, Ministério Público, ONG's), dos estados do Pará e Amazonas, posteriormente catalogados pelo GT Sociobioeconomia na Amazônia: relações de gênero – mulheres, juventude e novas linguagens. A saber: 20 protocolos indígenas, 11 protocolos realizados em comunidades quilombolas, 7 que envolveram populações tradicionais, 3 protocolos que envolviam povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais – protocolos conjuntos e 1 protocolo da sociobiodiversidade (Figura 2).

Figura 2: tipos de protocolos analisados





Para responder às questões supracitadas, foram criados alguns parâmetros que partem do conceito de relações de gênero, que neste estudo envolvem as mulheres e a juventude. Segundo Scott (1995), o conceito de relações de gênero refere-se às interações, papéis e expectativas que são socialmente construídos e atribuídos a pessoas com base no seu sexo. Esse conceito vai além das diferenças biológicas entre homens e mulheres, abordando a maneira como as sociedades estabelecem papéis específicos, seja para homens, mulheres, jovens, pessoas idosas, negras ou não, e como esses papéis influenciam o poder de decisão política, o acesso a recursos e as dinâmicas sociais, culturais e econômicas.

Essas relações de gênero são influenciadas por normas culturais, históricas e sociais que podem variar entre diferentes sociedades e ao longo do tempo. A maneira como as relações de gênero se estabelecem pode impactar diretamente a organização social e o modo como as pessoas se relacionam, influenciando aspectos como o trabalho, a educação, a família e a política.

Ao tomarmos as relações de gênero como uma categoria útil de análise (Scott, 1995) podemos afirmar que protocolos de consulta prévia e informada deveriam incluir mulheres e juventude como grupos prioritários, especialmente quando se referem a comunidades indígenas, tradicionais e locais em contextos de projetos de desenvolvimento, exploração de recursos naturais ou criação de políticas públicas que impactam essas comunidades. Isso porque esses grupos muitas vezes enfrentam vulnerabilidades adicionais e têm experiências e interesses específicos que podem ser diferentes dos de outros membros da comunidade.

Dos 42 protocolos analisados, apenas 2 foram produzidos na língua nativa do povo e na língua portuguesa; 9 com apenas algumas menções na língua nativa – título, algumas palavras-chave, uma introdução ou apresentação e, a maioria, (31 deles) exclusivamente na língua portuguesa (Figura 3).

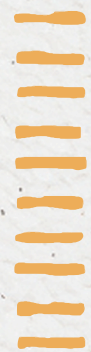


Figura 3: Protocolos e formas de tradução



Isto significa, de modo geral, que quando o documento não está na língua nativa, torna-se difícil para a comunidade preservar e transmitir essas informações para as próximas gerações. Um documento em português ou outra língua dominante pode não ser bem compreendido ou valorizado como uma herança cultural e histórica da comunidade. Garantir que documentos estejam na língua indígena é essencial para uma comunicação justa, transparente e respeitosa com as comunidades tradicionais, promovendo uma participação verdadeiramente informada e consentida.

PROTÓCOLOS DE CONSULTA PRÉVIA E INFORMADA DEVERIAM INCLUIR MULHERES E JUVENTUDE COMO GRUPOS PRIORITÁRIOS, ESPECIALMENTE QUANDO SE REFEREM A COMUNIDADES INDÍGENAS, TRADICIONAIS E LOCAIS EM CONTEXTOS DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO, EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS OU CRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS QUE IMPACTAM ESSAS COMUNIDADES.

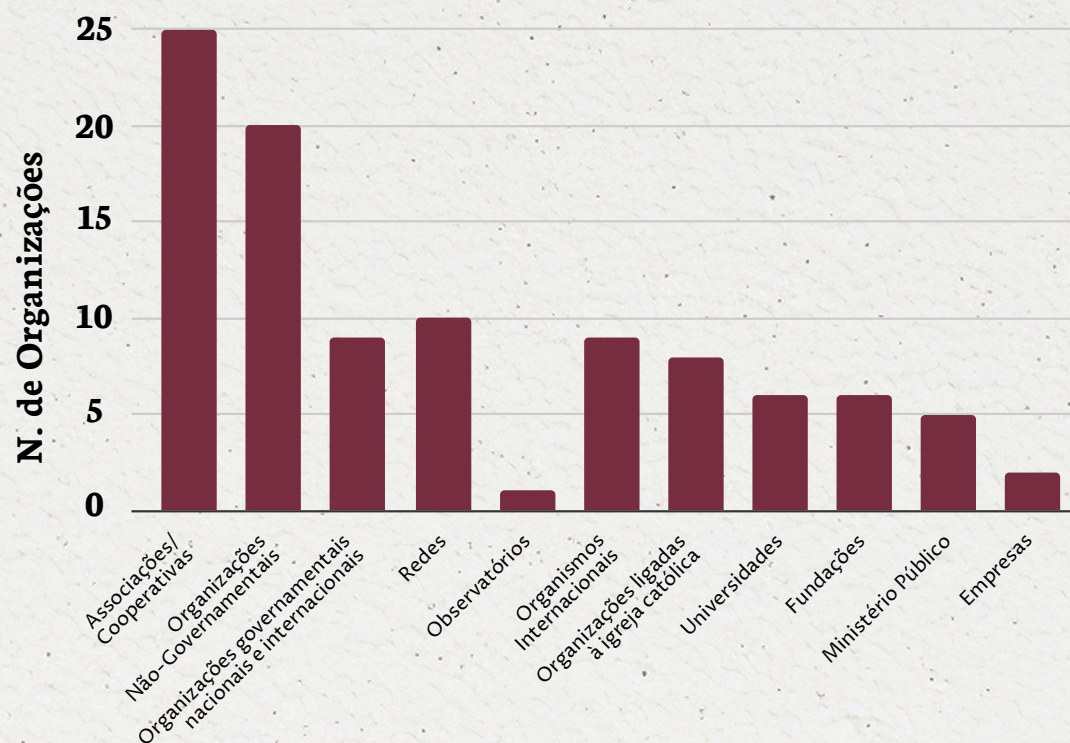
Quando um documento não é escrito na língua indígena nativa, surgem diversos problemas que podem comprometer a eficácia da comunicação: parte dos membros da comunidade pode não entender totalmente o conteúdo e as implicações do documento, se ele estiver apenas em português ou em outra língua majoritária. Isso dificulta o entendimento das informações e o consentimento informado, essenciais em consultas e acordos. Outro elemento é o desequilíbrio de poder, pois a parte que domina essa língua tem mais facilidade para

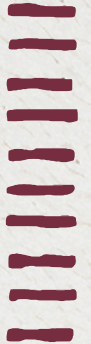
interpretar e manipular o conteúdo. Isso limita a participação justa da comunidade indígena e demais povos e comunidades tradicionais nas discussões e nas decisões. Por fim, a falta de tradução para a língua nativa ignora o direito linguístico das comunidades de receber informações e participar dos processos decisórios em sua própria língua, o que é assegurado por convenções internacionais como a Convenção 169 da OIT (Oliveira, 2021).

Ao abordar o acesso de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais ao conhecimento científico é crucial considerar não apenas a tradução para suas línguas maternas, mas também os modos próprios de transmissão de saber, como a oralidade e a performance ritual. Do mesmo modo, para comunidades quilombolas, ribeirinhas, povos de terreiro, pessoas com deficiência e jovens periféricos, é necessário adotar estratégias comunicacionais diversas — como o uso de materiais audiovisuais, rodas de conversa, línguas e tecnologias acessíveis — que dialoguem com seus repertórios culturais e linguísticos. O Caderno 01 desta Coletânea traz uma seção aprofundando a temática de novas linguagens exemplificando alguns casos práticos inspiradores.

Neste complexo movimento de garantir que os protocolos sejam instrumentos que, de fato, incluam as populações interessadas nas decisões políticas sobre o território e suas vidas e não apenas um documento burocrático, tem-se o trabalho colaborativo de entidades parceiras, como organizações governamentais, não-governamentais, fóruns de debate, associações, redes, observatórios, organismos internacionais, organizações ligadas à igreja católica, e universidades que possuem um importante papel no auxílio e financiamento na elaboração dos Protocolos. (Figura 4).

Figura 4: Organizações parceiras em processos de construção e implementação de Protocolos Autônomos de Consulta Livre, Prévia e Informada na Amazônia brasileira





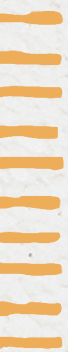
Na figura 4, observa-se claramente que tem partido dos próprios atores sociais, suas associações ou de organizações de base o interesse em tornar o processo de construção de protocolos mais democrático e dialógico, resultando com isso numa questão de legitimidade dessas inclusões e de seus pesos relativos nos processos políticos (Moraes, 2004).

Todavia, nem sempre esta relação se dá de forma dialógica e inclusiva. A autora Vandana Shiva (2003) aborda em sua obra o conceito de “colonização intelectual”, que dá origem às chamadas monoculturas da mente. Ela caracteriza o sistema de saber dominante como sendo local, fundamentado em uma cultura, classe e gênero específicos. Esse sistema, com suas formas de estruturação, legitimação, práticas e organização social, promove desigualdades e relações de dominação. Segundo Shiva (2003, p. 21), os sistemas modernos de saber derivam de uma cultura “ultradominadora e colonizadora” e, por sua vez, agem como sistemas colonizadores.

A autora aponta que os sistemas locais de saber enfrentam duas formas principais de violência:

- a) não são reconhecidos como saber legítimo, sendo marginalizados e desprezados;
- b) o sistema dominante destrói as condições concretas que sustentam esses sistemas locais, eliminando alternativas ao modelo imposto.

Como resultado, a diversidade cultural, ecológica e biológica promovida pelos diferentes sistemas de saber é ameaçada de extinção. Além disso, são prejudicados os modos de vida das pessoas que dependem de práticas diversificadas, como silvicultura, agricultura e criação de animais (Ibidem, p. 167); onde a mesma destaca a importância da proteção dos saberes comunitários.





Decerto, o diálogo entre a academia e os povos e comunidades tradicionais é fundamental por diversas razões que beneficiam tanto o avanço do conhecimento quanto a valorização e preservação cultural, pois os povos e comunidades tradicionais possuem conhecimentos acumulados ao longo de gerações sobre biodiversidade, manejo sustentável de recursos, saúde, agricultura e cultura, que podem complementar e enriquecer os saberes científicos. Reconhecê-los é essencial para promover justiça epistêmica e evitar a exclusão de vozes historicamente marginalizadas. Além disso, em meio a esta interação pode-se encontrar soluções a problemas que sejam mais sustentáveis e contextualizados, tornando-se mais eficazes e adaptadas às realidades locais para desafios globais, como mudanças climáticas, conservação ambiental e segurança alimentar.

Por fim, a interação entre ciência acadêmica e conhecimentos tradicionais promove abordagens inter e transdisciplinares, permitindo uma visão mais ampla e integrada dos problemas so-

ciais, dos conflitos, do uso dos territórios. Isso é essencial em contextos complexos, como a gestão de ecossistemas e a resolução de conflitos socioambientais. Ao dialogar com comunidades tradicionais, a academia fortalece o reconhecimento e a autonomia desses povos, combatendo a colonialidade do saber, que ainda é um risco, pois ignora os conhecimentos desses povos. Essa interação também protege a diversidade cultural, que é um patrimônio inestimável da humanidade. Um exemplo desta realidade é o caso dos Territórios Indígenas e Monitoramento Ambiental Participativo – Xingu (MT/PA). Os povos indígenas como os Kayapó, Yudjá e outros participam de projetos de monitoramento ambiental com apoio de universidades e ONGs como o ISA. O conhecimento tradicional sobre fauna, flora e mudanças no território se une a tecnologias como GPS e imagens de satélite. Como consequência tem-se o fortalecimento da autonomia indígena e proteção de grandes áreas de floresta.



Ao estabelecer esse diálogo, a academia não apenas enriquece o conhecimento científico, mas também contribui para um mundo mais equitativo, sustentável e respeitoso das diferenças culturais e ecológicas. Mas afinal será que, de fato, na relação desigual de gênero as mulheres e a juventude têm tido um “reconhecimento” e, com isso, “permissão” para “ingressar, opinar e decidir” nos fóruns decisórios de políticas, incluindo a construção dos protocolos? (Moraes, 2004).

Dos 42 protocolos analisados, destaco trechos de como mulheres e jovens indígenas e quilombolas são incluídos e trazidos tanto para a construção do documento, como para um papel de destaque ou não nas decisões, a partir da categoria de relações de gênero. Todavia, a forma de inclusão ainda demonstra generalidade, sem categoricamente termos clareza se, de fato, foram incluídos ou participaram.

Trechos dos protocolos indígenas que indicam a forma de participação.

“HOMENS, MULHERES, JOVENS, ADULTOS E VELHOS. MUITAS POUCAS PESSOAS DO NOSSO POVO SOBREVIVERAM AO CONTATO, PRECISAMOS QUE TODOS PARTICIPEM E ENTENDAM O QUE ESTÁ ACONTECENDO.”

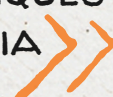
“PARA QUE AS DECISÕES SEJAM RESPEITADAS POR TODOS, NAS REUNIÕES DE DELIBERAÇÃO DEVEM PARTICIPAR REPRESENTANTES DE TODAS AS ALDEIAS – LIDERANÇAS, JOVENS, MULHERES E ANCIÃOS.”

(PROTOCOLO DE CONSULTA PRÉVIA, LIVRE E INFORMADA DO POVO ARARA DA TERRA INDÍGENA CACHOEIRA SECA).

“AS CONSULTAS DEVEM SEMPRE ACONTECER EM NOSSO TERRITÓRIO, NA ALDEIA IRIRI, QUE É NOSSA ALDEIA-MÃE. ELA DEVE SER REALIZADA COM A PRESENÇA DOS JOVENS, ADULTOS E ANCIÃOS DO NOSSO POVO NA NOSSA CASA DE REUNIÕES.”



NOSSAS LIDERANÇAS CONVERSAM COM TODOS OS MEMBROS DAS NOSSAS COMUNIDADES: COM AS MULHERES, COM OS JOVENS E COM AS PESSOAS MAIS VELHAS. PARA TOMAR UMA DECISÃO, ELAS PRECISAM DE INFORMAÇÕES PARA LEVAR PARA AS COMUNIDADES. TODOS OS ANOS OS CACIQUES DE TODAS AS ALDEIAS SE REÚNEM NA ASSEMBLEIA



(PROTOCOLO DE CONSULTA DO POVO INDÍGENA ARARA DA TI ARARA).

Todos os protocolos que explicitamente citam as mulheres e a juventude ressaltam que todos devem participar e serem ouvidos. Não há, em nenhum dos protocolos indígenas, destaques ou metodologias de ação específicas para este público. Nos protocolos analisados, elaborados por comunidades quilombolas, todos citaram mulheres e juventude.

O Protocolo de consulta e consentimento é um conjunto de regras para orientar processos coletivos de tomada de decisão que sejam reconhecidos pelos agentes internos do território: moradores em geral, jovens, idosos, homens, mulheres e líderes. Seu objetivo é garantir às comunidades do Alto Trombetas II condições efetivas de serem ouvidas e respeitadas em qualquer decisão que atinja direta ou indiretamente seu território, seu direito e seu modo de vida. (Comunidades do Alto Trombetas II).





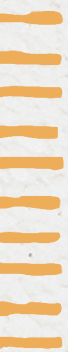
No caso de qualquer projeto ou atividade que venha gerar impactos diretos ou indiretos no território do Abacatal, assim como provocar alterações nas nossas atividades culturais, econômicas e sociais, devemos ser consultados. Todos: Mulheres, Homens, Crianças, Adolescentes, Jovens, Idosos, Agricultores, Universitários, Pessoas com Deficiência, Grupos Culturais, Grupos Religiosos, Famílias do Sítio Bom Jesus e ribeirinhos do igarapé Uriboquinha e que estejam dentro do território tradicional, sendo todos devidamente informados em suas residências para participação nas reuniões/encontros de consulta (Protocolo de Consulta Quilombolas de Abacatal/Aurá).

Assim como nos protocolos realizados em territórios indígenas, estes protocolos, ao citarem mulheres e juventude é no sentido de reforçar que todos devem ser ouvidos e respeitados nas tomadas de decisão.

Por fim, a inclusão de mulheres e jovens nos protocolos de consulta prévia visa, acima de tudo, promover equidade de gênero e geração, pois mulheres e jovens, especialmente em comunidades indígenas e tradicionais, muitas vezes

têm menos acesso a canais de decisão e participação. Os protocolos que priorizam esses grupos buscam corrigir essas disparidades, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e que seus interesses sejam representados. Outro elemento essencial: mulheres e jovens podem ter perspectivas e conhecimentos valiosos sobre o ambiente e a comunidade, além de uma visão de longo prazo sobre o impacto de projetos e políticas. As mulheres, por exemplo, têm um papel significativo na proteção dos recursos naturais em muitas culturas, e os jovens, por sua vez, são diretamente afetados pelas mudanças que ocorrerão no futuro (Acselrad, 2009; Shiva, 1988).

Em contextos de consulta prévia, mulheres e jovens podem estar especialmente vulneráveis a impactos negativos, como deslocamento forçado, perda de meios de subsistência e até violência. Protocolos que consideram esses grupos de maneira diferenciada ajudam a reduzir esses riscos e a proteger seus direitos. Nestes termos, o papel da academia neste contexto nada mais é do que interseção e diálogo aos diferentes saberes, com a possibilidade de cocriação de tecnologia social a ser apropriada no debate da sociobioeconomia.





3.2 PERSPECTIVAS RIBEIRINHAS E AGROEXTRATIVISTAS - PROTAGONISMO FEMININO NA SOCIOBIOECONOMIA A PARTIR DO PROTOCOLO DE CONSULTA NO TERRITÓRIO DO BAIXO TOCANTINS/PA

POR AMANDA RAYANA DA SILVA SANTOS E ELIZETH MARQUES DE SOUZA

3.2.1. Introdução

Este capítulo foi elaborado por Amanda Santos e Elizeth Marques, mulheres de origem extrativista e com experiência de atuação na Rede Jirau de Agroecologia do Território do Baixo Tocantins/PA. Nós realizamos a análise dos Protocolos de Consulta Prévia Livre e Informada das Comunidades Tradicionais que se encontram no território do baixo Tocantins, Estado do Pará. O processo de análise dos protocolos demanda métodos que garantam a qualidade e firmeza da pesquisa, sendo assim buscamos aqui tratar os dados de maneira científica, mas também com o olhar de quem vem desse lugar de luta e resistência.

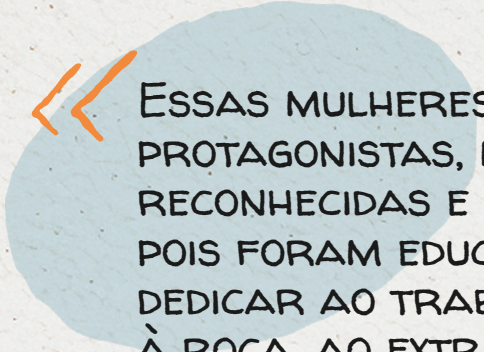
Foi com esse olhar que em cada leitura dos protocolos relembramos do nosso passado, nos reconectamos com a nossa ancestralidade, lembramos das nossas raízes. “Me fez lembrar da minha avó materna e da minha mãe, que me ensinaram sobre a floresta e como cuidar dela”, diz Elizeth Marques. “Reencontrei minha bisavó em cada palavra que tratava sobre o modo de vida e o respeito com a natureza”, diz Amanda Santos. Alguns trechos mobilizaram nossas memórias, como no trecho do protocolo de São Lourenço (p.10, 2017): “Oh minha mãe e minha avó, dêem licença de passar ou tomar banho por aqui, não me faça mal nenhum porque não vou mexer nada daqui e sou muito feio”, o qual demonstra o respeito que os povos têm com a floresta.

Essas mulheres sempre foram protagonistas, mas não foram reconhecidas e nem sabiam disso, pois foram educadas para se dedicar ao trabalho doméstico, à roça, ao extrativismo e ao cuidado da família, enquanto o homem era visto como o verdadeiro protagonista. Foi inspirado pelas mulheres de nossas famílias e das comunidades tradicionais do território do Baixo Tocantins que sentimos a necessidade de abordar o protagonis-





mo feminino na sociobioeconomia, especialmente no contexto dos protocolos de consulta. Esses protocolos pouco destacam o trabalho feminino, e é essencial que as mulheres tenham voz e a oportunidade de mostrar sua capacidade.



ESSAS MULHERES SEMPRE FORAM PROTAGONISTAS, MAS NÃO FORAM RECONHECIDAS E NEM SABIAM DISSO, POIS FORAM EDUCADAS PARA SE DEDICAR AO TRABALHO DOMÉSTICO, À ROÇA, AO EXTRATIVISMO E AO CUIDADO DA FAMÍLIA, ENQUANTO O HOMEM ERA VISTO COMO O VERDADEIRO PROTAGONISTA.

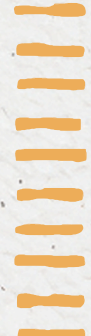


Sendo assim, iremos apresentar o capítulo mesclando linguagem acessível, afetiva e também analítica, refletindo sobre o reconhecimento ou não da participação ativa das mulheres e a inclusão feminina em processos de tomada de decisão coletiva nos protocolos de consultas existen-

tes no território do Baixo Tocantins. Além disso, o texto tem a intenção de provocar reflexões sobre como dar visibilidade para quem cuida. Como cuidar de quem cuida do lar, do terreiro, do jirau, da floresta, dos animais? Como cuidar das mulheres que estão nas comunidades tradicionais? Como garantir que quem cuida também decide? Que essas cuidadoras participem de espaços de tomada de decisão para o futuro de seus territórios? Afinal, só temos Floresta em Pé pois tem alguém cuidando para ela se manter ali!

Tecendo o cesto de conhecimento no jirau Tocantino: Análise de protocolos consulta prévia, livre, informada das Comunidades Tradicionais do Território do Baixo Tocantins/PA.

Esta pesquisa foi realizada por Amanda Santos e Elizeth Marques, no território do Baixo Tocantins, que abrange uma área de 36.024,20km² e possui 11 municípios: Abaetetuba; Acará; Baião; Barcarena; Cametá; Igarapé-Miri; Limoeiro do Ajuru; Mocajuba; Moju; Oeiras do Pará e Tailândia (IBGE, 2010). Segundo Piraux, Soares e Simões (2017), os municípios em questão abrigam uma grande diversidade de comunidades





tradicionais, como quilombolas, indígenas, extrativistas e ribeirinhos, que ocupam o território de forma sustentável.

Neste trabalho realizamos uma busca nas bases de dados do Observatório de Protocolos Autônomos e do Ministério Público do Estado do Pará, onde foram encontrados um total de nove protocolos de consultas de comunidades tradicionais no território do Baixo Tocantins. A saber: Quilombo Jambuaçu; Quilombo Bom Remédio; Associação Quilombola do Baixo Caeté Laranjituba e África; Quilombo Itacuruçá alto; Quilombo de São José de Icatu; Quilombo São José Lourenço; Protocolo Comunidade Agroextrativista do Pirocaba; Protocolo Território Comunidade Tradicional Acui e o Protocolo quilombola indígena Sítio Conceição.

A criação de protocolos de consulta pelas comunidades ameaçadas é uma forma de empoderamento político e jurídico. Esses instrumentos ajudam a fortalecer a comunidade internamente e a promover um diálogo intercultural, garantindo que o Estado cumpra suas obrigações de consultar os povos e comunidades quilombolas (Santos; Silva, 2019). Os pro-

tocolos analisados foram elaborados com base na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a qual estabelece que os governos devem reconhecer e proteger valores, práticas sociais, culturais, religiosas e espirituais dos povos indígenas e tribais. Assim como prevê que os povos interessados devem ser consultados antes de medidas legislativas ou administrativas que os afetem diretamente. No entanto, o autor Pereira (2019), aponta que se faz necessário que os povos e comunidades tradicionais se apropriem de todas as ferramentas possíveis para manutenção dos seus direitos, ou seja, é preciso ir para além da convenção da OIT e ampliar as possibilidades de enfrentamento do poderio estatal e possibilitar a luta e resistência dos povos mais qualificada.

O Protocolo de Nagoia é uma ferramenta, em nível internacional, que regula o acesso a recursos naturais, patrimônio genético e a repartição dos benefícios gerados, estabelecendo diretrizes para relações comerciais, como pagamento de royalties, joint ventures, transferência de tecnologias e capacitação. O protocolo reconhece a soberania dos Estados sobre seus recursos, mas





também os direitos das populações, estabelecendo condições para o acesso e uso de seus saberes e recursos. Os protocolos de consulta são citados como ferramentas adequadas para organizar os procedimentos relacionados ao acesso e à repartição de benefícios dos conhecimentos tradicionais (Protocolo de Nagoia, 2010).

A partir de 2014, segundo Cialdella et al. (2022), diversos Protocolos de Consulta começaram a ser elaborados, inicialmente na região amazônica, por iniciativa das organizações indígenas. Esses documentos viabilizam a definição de novas regras de consulta, estabelecendo um novo nível de negociação entre as comunidades, os governos e outros atores sociais e econômicos. Eles têm o potencial de orientar um processo mais equilibrado e justo no que diz respeito ao acesso e à distribuição dos benefícios relacionados aos conhecimentos tradicionais vinculados à biodiversidade.

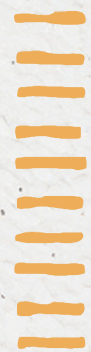
Assim, no território do Baixo Tocantins, cerca de 67% dos protocolos das comunidades e povos têm como objetivo a luta por direitos diante de projetos e atividades a serem implementados pelo poder público e/ou grandes corporações nesta região. Enquanto que apenas 33% dos pro-

toscolos apresentam o objetivo mais amplo, atingindo organizações públicas e privadas e a sociedade em geral, entre eles os Protocolos das Comunidades Quilombola e Tradicionais de São José do Icatu, São José Lourenço e Sítio Conceição.

Os protocolos das comunidades deixam claro que, no processo de consulta, como evidenciado nos documentos de Pirocaba e Bom Remédio, esse instrumento vai além da simples autorização de consentimento. Ele também reafirma o direito fundamental de recusa.

Exigimos que nosso direito de autodeterminação seja ouvido, respeitado e garantido, conforme a presente convenção e decisões internacionais que nos dão o direito de autorizar ou não qualquer plano do governo sobre nosso território (Protocolo Quilombo Bom-Remédio, p. 7).

Além disso, em casos em que o governo não convida a comunidade para consulta sobre projetos a serem implementados no território, o protocolo da comunidade quilombola indígena Sítio Conceição reforça seu direito à consulta e estabelece estratégias para buscar apoio de instituições parceiras, como o Ministério Público Federal e Estadual, além da Defensoria Pública.



Como exemplo importante dos impactos sofridos pelas comunidades tradicionais em consequência da implantação de empreendimentos no território, trazemos o Quilombola-Bom-Remédio, Território Tradicional Acui e a Comunidade Sítio Conceição que foram desapropriados de seu território. A Comunidade Quilombola e Indígena Sítio Conceição sofreu danos ambientais, culturais e socioeconômicos através da contaminação do Rio Murucupi por empreendimento de mineração e siderurgia. A pesquisadora Edna Castro relata que, há décadas, moradores de comunidades ribeirinhas de Barcarena, no Pará, denunciavam desastres socioambientais causados pela contaminação de rios e igarapés por produtos tóxicos de empreendimentos na região. Em particular, destacam a contaminação do rio Murucupi, que tem causado doenças de pele, diarreias e mortes de animais domésticos, devido ao uso da água poluída (Castro; Carmo, 2019).

Além disso, há impactos referentes à implantação da usina hidrelétrica de Tucuruí, onde as comunidades foram impactadas e outras ameaças precisam ser coibidas. De acordo com

Fearnside (1995; 2015), o fechamento da barragem alterou radicalmente o ambiente aquático, tanto acima como abaixo da barragem. O trecho do rio Tocantins afetado por Tucuruí (500km abaixo da barragem e 170km acima) sustentava uma indústria de pesca abundante, que forneceu tanto a renda monetária como a maior parte da proteína animal para os ribeirinhos. Antes do fechamento da barragem, o consumo de peixe era de, em média, 49 kg/ pessoa/ano. No ano seguinte ao fechamento, no entanto, a captura total de peixe era três vezes menor (Leite & Bittencourt, 1991; De Merona, 1985).

Não bastassem as lutas travadas por nosso povo, ao mesmo tempo há previsão de outras ameaças de grandes empreendimentos, como a construção da hidrovia Araguaia/Tocantins. Logo, as Comunidades e Povos Tradicionais precisam urgentemente elaborar seus Protocolos de Consulta para mostrar que existem diversas pessoas nos territórios, incluindo mulheres, homens, jovens, crianças e idosos de diferentes religiões e gêneros, que devem ser respeitados e ouvidos.



Para - Rute Santos, vice-presidente da Associação do Quilombola de São José do Icatu, o desafio maior é fazer com que governo e empresas reconheçam e respeitem o protocolo: “A gente está nessa luta de fazer e conhecer para que o governo municipal, estadual, federal e empresas possam conhecer o protocolo”. De acordo com Silva (2023), a validade dos protocolos autônomos de consulta como norma jurídica pode ser sustentada pela teoria do Pluralismo Jurídico, conforme a CRFB/88. Sendo assim, governo e empresas devem reconhecer, de forma igualitária, as fontes diretas dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. O direito à CPLI, ligado à autodeterminação dos povos, é a base para a validade jurídica desses protocolos autônomos (Giffoni, 2020).

Para analisar estruturalmente o protocolo de consulta, utilizou-se o modelo da Defensoria Pública Geral da União (DPU), que estabelece parâmetros para sua criação. Observou-se que, embora todos os protocolos tenham sido elaborados com linguagem simples e acessível, 56% não atendem completamente às sugestões da DPU, especialmente no que diz respeito à explicação do processo de elaboração. Já 44% dos protocolos seguem os parâmetros da DPU, sendo desenvolvidos por meio de oficinas sobre as leis que protegem seus direitos, como a Convenção 169, e reuniões com a participação de associações comunitárias, organizações locais e instituições convidadas, como sindicatos rurais e colônias de pescadores, conforme figura 5.

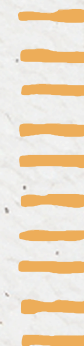
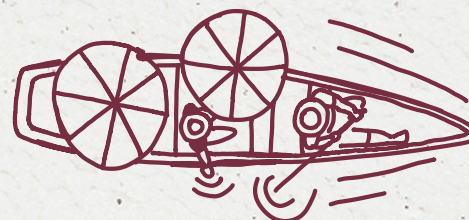
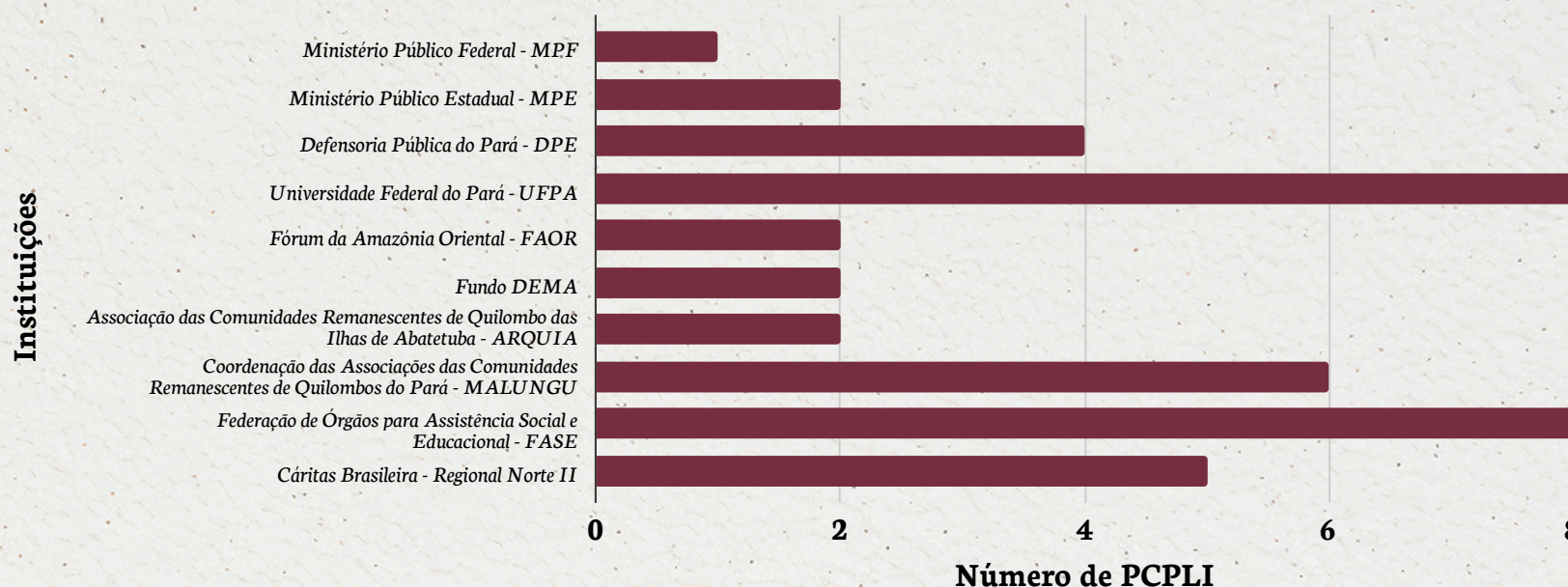


Figura 5: Instituições presentes nos Protocolos de consulta Prévia Livre e Informada- PCPLI do território do Baixo Tocantins.



A figura 5 apresenta as instituições que estão presentes no total de nove protocolos de consultas encontrados no território do Baixo Tocantins, seja na elaboração, no processo de consulta ou em ambos, com destaque para a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE e a Universidade Federal do Pará, representada pelos grupos de estudos Grupo de Estudo Sociedade, Território e Resistência na Amazônia – GESTERRA; Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA e o Grupo de Estudos das Relações Socioambientais e Povos Tradicionais – GERSAPT/PRONERA, seguidos da presença da Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (MALUNGU) e Cáritas Brasileira Regional Norte II.

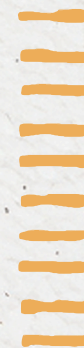


Percebemos aqui o encontro de diferentes sujeitos da sociedade em prol da construção de um instrumento que busca garantir vários direitos para as Comunidades e Povos Tradicionais, especialmente a livre determinação de condução de processos pela comunidade e desses povos decidirem sobre qualquer medida que os afetem. A indagação que trazemos neste ponto é: de que maneira ocorreu ou ocorre esse diálogo de colaboração intersaberes no processo de construção dos protocolos de consultas?

Na percepção de Maria José, da comunidade São José do Icatu, a universidade é a provedora da teoria, a qual a comunidade precisa, enquanto as comunidades possuem a prática e precisam dos estudos teóricos da universidade. Por outro lado, o coordenador adjunto do programa Amazônia-FASE, João Gomes, durante o webinar organizado pelo GT, aponta que a universidade, no proces-

so de elaboração do protocolo, facilita a compreensão dos objetivos das comunidades e o planejamento de como alcançá-los, apresentando-lhes ferramentas metodológicas. Já os assessores e educadores devem ser os primeiros a respeitar essa autodeterminação dos povos e devem apenas ser facilitadores no processo de elaboração.

Para contribuir com essa reflexão, trazemos a percepção de Spivak (2017), que nos diz que um diálogo entre diferentes saberes envolve estar aberto a ouvir ativamente e de forma mútua, com o desejo de criar o que, segundo a autora, podemos chamar de "empatia sem harmonia". Isso significa ser capaz de lidar com incertezas, aceitar e gerenciar divergências e conflitos, regularizando a complexidade e os desafios das diferentes perspectivas.



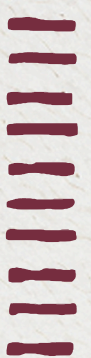


Assim, observamos que do total de protocolos do Território do Baixo Tocantins, somente a Comunidade Agroextrativista do Pirocaba não teve a participação da comunidade acadêmica na elaboração do seu protocolo, porém contou com apoio de outras organizações da sociedade civil como o Fórum da Amazônia Oriental e a Defensoria Pública do Estado. Os demais protocolos apresentam a participação de grupos de pesquisa da Universidade Federal do Pará, citados no gráfico, nas elaborações dos documentos com presença em oficinas, sistematização e levantamento histórico, como o Protocolo Comunitário Quilombola do Bom Remédio. O relatório da oficina de construção da cartografia social do território, feito pelas pesquisadoras Eliana Teles e Marcelle Di Paula Lobato na etapa de consulta, geralmente são mencionados na etapa de reuniões informativas.

No decorrer de nossa investigação, identificamos as dificuldades que algumas comunidades tradicionais têm com a diversidade de termos e suas constantes modificações pela academia para definir ou conceituar suas práticas e tradições. Como relata Evaristo Oliveira, da Comunidade Quilombola África, localizada no município de Abaetetuba, ao ser questionado se na sua comunidade praticavam agroecologia, no primeiro momento não soube responder, mas depois de participar do ciclo formativo na universidade respondeu ao professor que eles são a própria agroecologia:

“A gente não pratica agroecologia. Nós somos a própria agroecologia. Nós somos agroecologia porque eu tenho uma coisa assim que nós não vivemos na floresta, nós não vivemos com a floresta, nem na floresta. Nós somos a floresta. Eu sou a floresta. A hora que derrubarem a gente, eles derrubam a floresta. A hora que derrubarem a floresta, eles derrubam a gente. Eu não vivo sem ela, nem ela sem mim. Então, eu sou a floresta”.
(Evaristo Oliveira, Quilombo da África)





O Protocolo do Quilombo Itacuruçá Alto apresenta o seu entendimento sobre o que significa Lei:

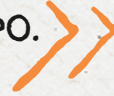
Para nós a Lei significa algo que todos devem cumprir, consiste em uma obrigação de fazer. Ter direitos, como por exemplo falar, consiste em uma ordem. Deveres são o que respaldam um determinado grupo de pessoas para que sejam respeitados e garantidos seus direitos (Protocolo do Quilombo Itacuruçá Alto, p. 22).

Logo, a palavra Lei pode ter outros significados para os diferentes grupos, mas neste Quilombo eles entendem dessa forma, e isto deve ser respeitado. No Quilombo de São José de Icatu, a jovem Yasmim de Souza nos apresentou com o uso do termo *cultivação* no sentido de preservar: “Dentro da minha comunidade é muito bem cultivada a nossa cultura, pois nós temos o samba de cassete, nós tomamos banho no rio, temos as nossas brincadeiras”.

Sendo assim, a conexão de saberes entre as universidades, comunidades, organizações e entidades é importante tanto na elaboração do protocolo, quanto na execução da consulta. Porém, é imprescindível que a interação entre os sujeitos, no processo de elaboração do protocolo, seja de forma honrosa e respeitosa, principalmente no que diz respeito ao tempo das comunidades, as suas crenças e linguagens, conforme relata Vanuza Cardoso do Quilombo do Abacatal:



ELA (A COMUNIDADE) SÓ PRECISA QUE O ESTADO RESPEITE ESSA FORMA DE VIDA. QUE AS COMUNIDADES TRABALHEM, O TEMPO DAS COMUNIDADES. O NOSSO TEMPO NÃO É O TEMPO DO ESTADO. NÃO É O TEMPO DO CAPITAL, NO CAPITAL O TEMPO É APRESSADO. O TEMPO TODO É PARA ONTEM, PORQUE O VALOR QUE ELES IMPÕEM NESSES EMPREENDIMENTOS, EM TUDO QUE VISA LUCRO É ACELERADO, ENTÃO É UM TEMPO DIFERENCIADO PARA A GENTE. ESSE NÃO É O NOSSO TEMPO.





Neste contexto, Santos e Marques (2023) reafirmam a prática do capitalismo, de considerar grupos e povos com organizações políticas, econômicas e culturais baseadas em valores diferentes dos do capital como atrasados e um obstáculo ao desenvolvimento. Dessa maneira, o PCPLI surge, como uma forma de proteger os direitos dos povos e comunidades tradicionais e como um instrumento de governança e valorização de sua ancestralidade.

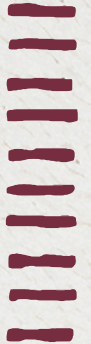
Analisando quais segmentos das comunidades tradicionais devem ser consultados, os protocolos ampliaram a consulta a todos os segmentos da sociedade, principalmente aos jovens. Nas Comunidades Quilombolas de São José de Icatu e Bom Remédio, os processos de consulta incluíram a participação de pesquisadores quilombolas e estudantes universitários. Já os protocolos das comunidades de São José Lourenço e Agroextrativista do Pirocaba destacam a importância socioeconômica dos jovens e os desafios que enfrentam nas comunidades. Essas comunidades observam que os jovens desempenham um papel fundamental, pois ao receberem conhecimentos e edu-

cação, eles se preparam para representá-los e dar continuidade à sua história.

Então a participação da juventude na elaboração dessa ferramenta é essencial, pois poderá se tornar um material educativo que ajudará a preservar e transmitir os conhecimentos e tradições para futuras gerações, com potencial para garantir a continuidade da história e cultura da comunidade. De acordo com João Gomes, da FASE, o processo de construção do protocolo, por ser um momento de entendimento, é tão ou mais importante que o próprio protocolo, é um momento onde todos podem conhecer seus direitos e se empoderar sobre sua história, o poder e o valor da cultura local.

Para Giffoni (2019), esse é um grande desafio dentro desse processo de elaboração e execução dos protocolos. Segundo o autor, não adianta apenas criar os protocolos se as comunidades não os adotarem como ferramenta própria e não se tornarem os principais agentes políticos e sociais no processo de luta por direitos. Nesse aspecto, apontamos também a experiência da Comunidade Quilombola do Abacatal, município de Ananin-





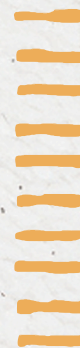
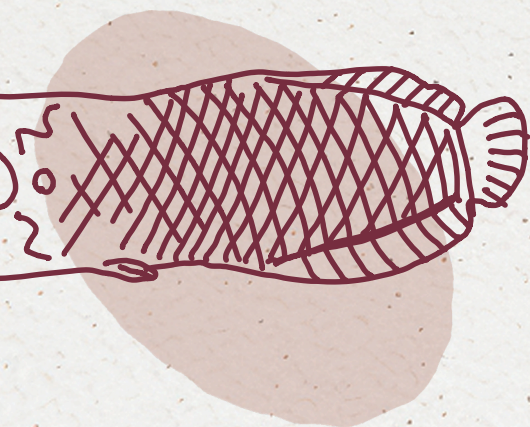
deua, através de Vanuza Cardoso, líder espiritual da comunidade, que nos relatou durante o webinar que o protocolo de consulta está para além de uma ferramenta, faz parte de um processo educativo para que todos da comunidade possam reafirmar sua cultura e ancestralidade.

Para além da ferramenta, foi um processo educativo da nossa história, foi repassado um conhecimento ao qual muitos, não só jovens, mas alguns adultos também não conheciam histórias e pontos que são importantes da gente defender dentro do território. Então a juventude, quando ela participa, quando ela está construindo junto, o protocolo de consulta é um processo democrático, é construído pela Comunidade, por todos os grupos da comunidade.

É fundamental que as comunidades se apropriem e vivenciem o processo de elaboração do

protocolo, utilizando-o como uma ferramenta para efetivar sua cidadania e gestão territorial. Embora os protocolos de consulta não detalhem o trabalho com os jovens, comunidades como São José de Icatu e Abacatal transformaram-no em uma ferramenta que contribui para o processo educativo de crianças e jovens em seus territórios. Yasmim de Souza, por exemplo, demonstra em seu relato saber qual é a função do protocolo dentro do seu território:

Nós precisamos ser consultados antes de ter reuniões ou de implantar algum projeto dentro da comunidade. Eles só vão poder implantar caso nós, crianças, adultos, adolescentes e idosos sejamos consultados e se nós concordarmos com o que está por vir. Até mesmo reuniões, nós temos que ser informados antes de acontecerem na comunidade.



De acordo com Rute Santos, liderança Quilombola de São José do Icatu, essa facilidade e espontaneidade de falar do seu território também, foi fruto da participação da jovem no processo de elaboração do protocolo de consulta da comunidade.

Evaristo Oliveira ressalta a dificuldade de leitura dos jovens da comunidade e aponta que o conhecimento é repassado por meio da oralidade. Mesmo aqueles que estão na universidade, escrevem para a academia e não para a comunidade. Ele relata ainda a importância de terem uma educação voltada aos seus costumes:

« [...] AGORA A GENTE ESTÁ LUTANDO PELA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA, AÍ TENTANDO IMPLANTAR NOSSAS IDEIAS, AS NOSSAS FORMAÇÕES MESMO DE PROTOCOLOS, DE USO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO. »

Dessa forma, percebemos que o protocolo de consulta, quando incorporado pelas comunidades, pode se tornar um instrumento de emancipação para os povos e comunidades tradicionais. Por meio desse instrumento, é possível compreender o modo de vida tradicional do povo ou comunidade, sistematizando-o para que suas especificidades sejam respeitadas e reconhecidas de maneira adequada. No entanto, é fundamental que o protocolo não seja abordado apenas em termos de como as comunidades irão se relacionar com o governo, mas também para auxiliar empresas, universidades e outros atores a desenvolverem as melhores políticas de relacionamento com esses grupos, regulando as relações de acesso e repartição de benefícios em áreas como gestão territorial, uso dos recursos naturais e consulta prévia.

Ressaltamos o protocolo Quilombola São José Lourenço, o único no território do Baixo Tocantins, que de forma clara reconhece e inclui Pessoas com Deficiência (PCD) no protocolo. Reconhecer esse grupo é um ato de respeito e uma afirmação de que todas as pessoas, independentemente de suas habilidades, devem ter acesso igualitário e participação plena na sociedade.



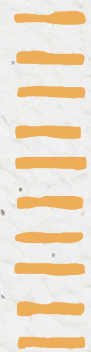
Além disso, reitera os direitos dessas pessoas à dignidade, ao respeito e à não-discriminação. Encoraja a participação ativa das PCD na elaboração e implementação de políticas e programas que as afetam, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e levadas em conta.

3.2.2. Protagonismo Feminino nos protocolos de consulta no território do Baixo Tocantins/PA

No decorrer de nossa análise, discutimos o protocolo de consulta para além de um instrumento jurídico, como um documento de empoderamento da comunidade, principalmente para crianças e jovens. A Defensoria Pública da União propõe, em seu modelo de protocolo, que seja tratado sobre dados e informações mais detalhados sobre quem é aquele povo ou comunidade tradicional, como se organiza, sua história, cultura e costumes, práticas produtivas, relação com os recur-

sos naturais. E percebemos que é por meio desta descrição que se pode perpetuar e transmitir a história e a ancestralidade das comunidades.

Ao analisar o protagonismo feminino nas comunidades, consideramos diferentes perspectivas, como o reconhecimento das necessidades das mulheres, seus papéis na comunidade, participação nas decisões e inclusão nos processos de consulta. Verificamos que os nove protocolos analisados do território do Baixo Tocantins falham em retratar adequadamente o papel das mulheres: apenas cinco deles mostram imagens de mulheres exercendo atividades como pesca, tecelagem de cestos, retirada de tala, cuidado da família e participação na elaboração do protocolo. Assim, nos indagamos aqui do porquê não aprofundar os diferentes papéis e a importância dessas mulheres na comunidade, deixando-as na invisibilidade.





Os protocolos de Laranjituba e África apenas mencionam a participação da mulher no processo de consulta, mas não deixam claro o seu poder de decisão e citam, no trecho que trata da elaboração do protocolo, o momento em que percebem que elas têm direitos: “Começamos o dia. Com aulas de direito. Vimos que as mulheres aqui têm muito jeito. E que escrevem no protocolo. Seu estado de direito”. E o protocolo do Sítio Conceição, apesar de identificar as atividades das parteiras Durica Santana e Filomena Cravo, não deixa claro a participação das mulheres na consulta, pois utiliza o termo genérico: família. Em entrevista na Comunidade Quilombola África sobre a importância da mulher na comunidade, seu Evaristo nos diz com emoção: “Noventa por cento de tudo que está de pé nessa comunidade é graças às mulheres. Porque os eventos, as lutas, as brigas, essas mulheres são guerreiras demais”. Na contramão da invisibilidade feminina, o protocolo comunitário Quilombola do Bom Remédio relata que a reconstrução da história contou com a participação de três mulheres: dona Paulina, dona Lourdes e dona Maria Lobo.

Além disso, elas estavam à frente do processo de autorreconhecimento da comunidade.

Já as comunidades quilombola de Itacuruçá Alto e Jambuaçu adicionaram o prefixo (as)/(os) na frente das atividades exercidas nas comunidades, priorizando as mulheres: “nós realizamos como agricultoras (es) familiares, pequenas (os) empreendedoras(es)”, comunidades quilombola de Jambuaçu. “Parteiras, as Benzedeadas, os/as Lavradores/as, os/as Pescadores/as” Itacuruçá Alto.

Já a comunidade quilombola de Jambuaçu também reconhece no protocolo que todos os grupos de mulheres existem no seu território; “bezeadas; parteiras e puxadeiras”.

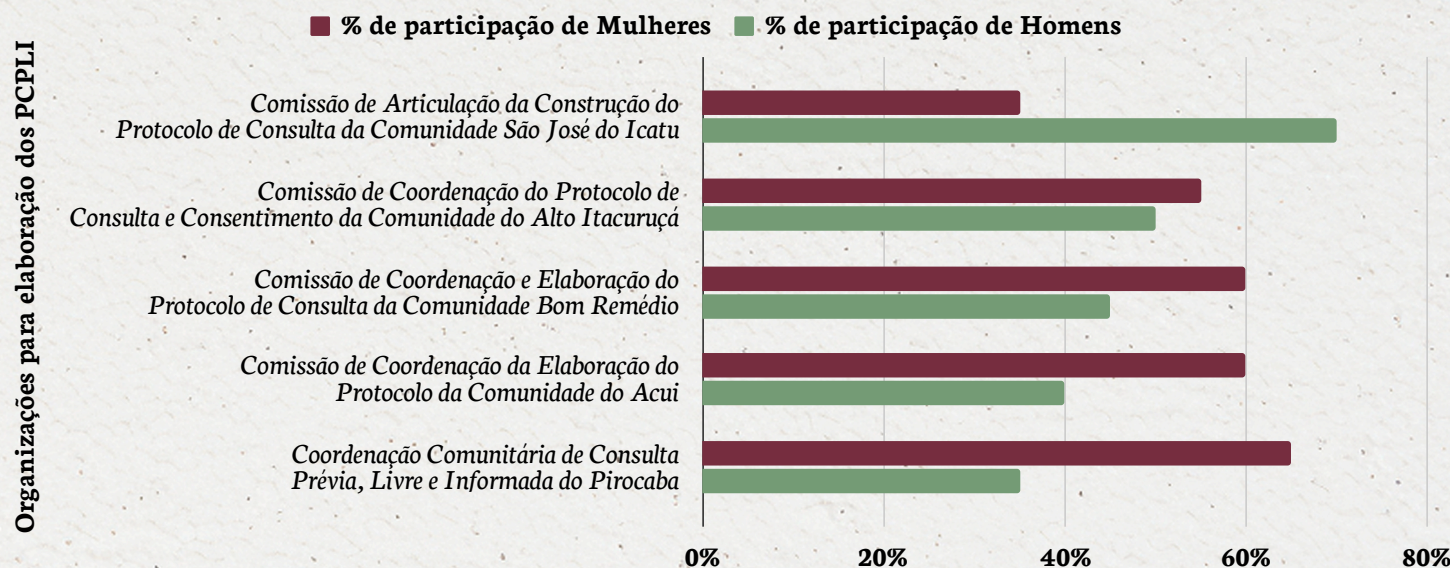
Para as comunidades tradicionais, a resistência é sinônimo de existência. Isso representa a importância da coletividade, onde as decisões são tomadas de forma conjunta e a força de cada comunidade reside na união e na solidariedade entre seus membros. Neste aspecto, analisamos a relação de gênero para entendermos se as mulheres estão alcançando espaços de decisão e poder nas comunidades tradicionais. Sendo assim, as comunidades Quilombolas Gibrié de São Lourenço, La-



ranjituba e África e Comunidade Quilombola Indígena Sítio Conceição optaram por realizar e coordenar as atividades de elaboração do protocolo, por meio de suas organizações representativas — neste caso, suas associações comunitárias.

No entanto, não foi possível analisar completamente a desigualdade de gênero, pois apenas o protocolo da comunidade de Gibrié de São Lourenço apresenta o quadro diretor da sua entidade, com quatro homens (66,7%) em cargos de liderança e duas mulheres (33,3%), ocupando a secretaria financeira e o conselho fiscal. Isso evidencia a desigualdade de gênero, já que, embora as mulheres participem politicamente, ainda não ocupam os principais cargos. As outras comunidades formaram comissões ou coordenações coletivas para os processos decisórios, através de suas associações comunitárias, conforme Figura 6.

Figura 6. Participação de Mulheres e Homens nas comissões de elaboração dos PCPLI.

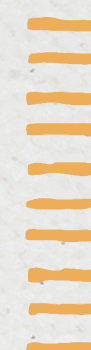




Observamos na figura acima que, do total de cinco comunidades, entre quilombolas e tradicionais, quatro têm suas comissões ou coordenações majoritariamente compostas por mulheres, com destaque para a comunidade de Pirocaba, com 62% de mulheres em sua comissão. Já a comunidade de São José do Icatu apresenta a maior participação de homens. É importante refletirmos aqui sobre a presença das mulheres nesses espaços políticos de articulação, no entanto seria interessante que os protocolos apresentassem se, de fato, essas mulheres têm o poder de decisão e não somente de participação.

A comunidade quilombola de Jambuaçu realizou a elaboração de forma diferenciada, reunindo em caráter de assembleia geral a comunidade, os movimentos e organizações quilombolas, porém não menciona quem são os componentes que coordenaram a assembleia, dificultando a análise.

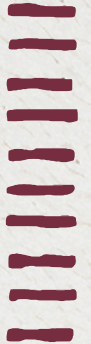
Observamos que para a realização de consulta, as comunidades tradicionais inovam ao considerar a diversidade social, cultural, política e organizacional de seus territórios. Elas criaram co-



missões compostas por diferentes representantes para organizarem e coordenarem o processo de consulta, entre elas está a Autoridade Coletiva Quilombola de Jambuaçu, Autoridade Quilombola do Alto Itacuruçá e a Coordenação Comunitária da CPLI na comunidade Extrativista Pirocaba. Em outras comunidades, as associações organizam e coordenam as consultas.

Apesar de inovarem em termos organizativos, as comunidades aparentemente ainda estão engatinhando em relação à equidade de gênero. Nós tivemos dificuldade de identificar a existência ou não de desigualdade de gênero nas composições das coordenações, autoridades ou associações. No processo de constituição desses coletivos, as comunidades apontam suas entidades representativas, sendo elas jurídicas ou não para representá-los, mas em momento algum exigem que nas suas entidades tenham entre seus componentes equidade de gênero, assim como não exigem que a comissão governamental seja composta de tal forma.





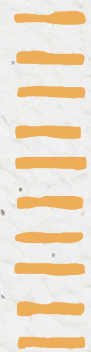
A participação das mulheres na consulta é mencionada em sete protocolos dos nove analisados, no entanto apenas os protocolos Quilombola do Baixo Caeté Laranjituba e África, descrevem com clareza, no terceiro passo do procedimento de consulta, a metodologia de consulta aos diferentes grupos que existem na comunidade. Serão realizadas rodadas de reuniões internas, coordenadas pela AQUIBAC, iniciando as discussões com os grupos de interesse, tais como: mulheres, homens, crianças, adolescentes e jovens.

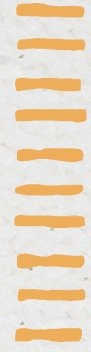
As comunidades de São José Lourenço, Comunidade Agroextrativista do Pirocaba e Jambu-açu, por sua vez, ressaltam a importância socioeconômica desses grupos e seus desafios enfrentados nas comunidades.

Algumas comunidades tradicionais, como a comunidade de São José Lourenço, apesar de reconhecerem a importância de mulheres nos diferentes lugares, ainda reproduzem a hierarquia social existente de atribuir papéis de melhor valor aos homens.

A invisibilidade da mulher e as desigualdades de gênero são complexas e interligadas. Os “papéis” de gênero, ainda presentes na sociedade e predominantes em algumas regiões, impõem uma sobrecarga de trabalho às mulheres, limitando seu tempo para se dedicar a atividades externas ao ambiente familiar (Almeida et al. 2021). De acordo com Cardoso e Schmidt (2019), os principais obstáculos à participação das mulheres nos processos decisórios são as normas patriarcais e tradicionais, que atribuem papéis subalternos às mulheres, limitando sua atuação às decisões comunitárias. Historicamente, as mulheres eram vistas como frágeis e tratadas como propriedade do pai e depois do marido, enquanto os homens eram considerados superiores e possuíam direitos que frequentemente eram negados às mulheres.

A sobrecarga de trabalho é um obstáculo que restringe a participação da mulher em outras esferas sociais. As mulheres, frequentemente, assumem o trabalho doméstico e o cuidado familiar e comunitário, o que limita sua participação em decisões formais, resultando na





exclusão de suas perspectivas e na negligência de suas questões (Flávia Biroli, 2018). Estudos sobre a "Economia do Cuidado" e a PNAD-Contínua de 2023, mostram que mais de 2,5 milhões de mulheres brasileiras não trabalhavam em 2022 para cuidar de parentes ou das tarefas domésticas. Segundo a pesquisa, as mulheres dedicam 21,3 horas semanais ao cuidado e a afazeres domésticos, enquanto os homens dedicam 11 horas. Sendo assim, percebemos que poucos protocolos tratam das necessidades das mulheres, que são retratadas como aquela que "cuida": cuida da família, da pesca, do artesanato, são puxadeiras, aquelas que plantam.



Assim, **reiteramos a importância de cuidar de quem cuida e de garantir, dentro dos protocolos de consulta, que quem cuida também decide e também tem o direito de estar nos espaços de decisão sobre o seu território.** Segundo Spivak (2010), no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem voz, e a mulher subalterna está ainda mais obscurecida. A autora destaca que os subalternos só poderão ser ouvidos quando falarem em sua própria língua e cultura. Se precisarem usar outros elementos para serem ouvidos, nunca serão levados a sério. Para finalizar esta conversa no nosso jirau, tiramos a mulher da foto e trazemos a voz à Rute Santos, da Comunidade Quilombola São José do Icatu:



AS MULHERES TÊM UM PAPEL FUNDAMENTAL NA COMUNIDADE, PELO FATO DE PARTICIPAREM TANTO DA PARTE DA ECONOMIA DAS FAMÍLIAS, ASSIM COMO DA COMUNIDADE. É TAMBÉM QUANDO SE CONVOCA PARA UMA REUNIÃO, PARA QUALQUER DEBATE, AS MULHERES ESTÃO EM MAIORIA, NÃO SÓ NO TRABALHO DE CASA, MAS TAMBÉM COMO SOCIEDADE ORGANIZADA QUE PARTICIPA DOS MOVIMENTOS.



3.3 PERSPECTIVA INDÍGENA

POR ELIZÂNGELA BARÉ

3.3.1. A contribuição dos cestos de conhecimentos das mulheres indígenas da família linguística Aruak, Povo Baré, na sociobioeconomia

Rabiscando o saber-fazer é escrever coisas novas que se encontram apenas na oralidade e na prática.

Olá, sou Elizângela Baré, meu nome indígena é Yăkanga, que significa cabeça. Sou uma mulher indígena, artesã, agricultora, mãe, professora, liderança, falante da língua nheengatu e pesquisadora indígena doutoranda em Saúde Pública na USP.

Ao falar sobre a contribuição dos cestos de conhecimentos das mulheres indígenas da família linguística Aruak, quero contextualizar a minha vivência. Sou natural do sítio Santa Anta, na terra indígena Cué-Cué Marabitanas, no municí-

pio de São Gabriel da Cachoeira, no estado do Amazonas. O território é composto pelos seguintes povos: Baré, Arapaso, Baniwa, Desana, Koripako, Piratapuia, Tariana, Tukano e Werekena. Essa TI tem uma população de 1.864 pessoas e uma extensão de 788.826.94 hectares (Colfaro, Aline; Dias, Carla, 2021).

Estar como pesquisadora indígena no Círculo de Conhecimenta Saberes Sociobio me dá oportunidade, como mulher indígena, de enfatizar questões de gênero, trazer reflexões, partilhar estratégias, compartilhar propostas que visam o bem viver indígena, respeitando as diversidades interculturais espalhadas no território brasileiro. Atualmente nós, mulheres indígenas, estamos brotando em diversos espaços, vejo aqui uma oportunidade de compartilhar o termo “reflorestar a mente” e fazer ecoar vozes que foram silenciadas, onde os cestos de conhecimentos foram invisibilizados. Nós mulheres e jovens indígenas somos compostas por saberes ancestrais, somos guardiãs e protetoras da floresta.



3.3.2. O que são cestos de conhecimentos?

Os cestos de conhecimento são rituais que fazem parte da família linguística Aruak, são praticados pelo povo a que eu pertença, que é o Povo Baré. Conhecida em nheengatu de Kariãma “Ritual da Moça Nova”, segundo minha definição Kariamã/ Cestos de Conhecimentos é um termo muito complexo e amplo, onde durante esse ritual, a menina Baré vai aprender a saber-fazer as coisas da sua cultura. O ensino e o aprendizado acontecem durante esse ritual. Avó, mãe e tias terão o papel fundamental no repasse do ensino e aprendizado que constituirá o cesto de conhecimentos da menina Baré, envolvendo elementos da cultura, mito, canto, dança, pintura corporal, cuidar da roça, confeccionar artesanato, extrair matéria prima, aprender os nomes das plantas medicinais para cura da mente, corpo e território.

Dar visibilidade para o Kariãma pode colaborar para promover uma conexão intersaberes, conforme nosso objetivo na iniciativa Saberes Sociobio de “promover articulação simétrica entre conhecimentos tradicionais e acadêmicos que

garantam o bem viver com foco na inovação e desenvolvimento da sociobioeconomia amazônica”. Rabisco para dizer para a academia e para o mundo que temos muita coisa para compartilhar e escrever, e os cestos de conhecimentos da oralidade de saber-fazer precisam estar nesses espaços de construção de ciência e decisões, para podermos desenvolver sociobioeconomias, trazendo de fato autonomia, empoderamento econômico sustentável, promovendo o bem viver e respeitando, equilibrando o espaço envolvente.

Os jovens indígenas são fundamentais para a manutenção e conservação dos cestos de conhecimentos. Temos que reconhecê-los como guardiões dos saberes milenares. Eles carregam em sua vivência diversidades de saberes que foram repassados de geração para geração. Na sociobioeconomia, os jovens indígenas manejam diversidade de saberes, manejam a vida humana através da valorização da língua, da pintura corporal, do canto, e dos rituais para manter a floresta. Além do mais, os jovens indígenas atualmente podem contribuir no diálogo sobre a importância da conexão intersaberes na sociobioecono-





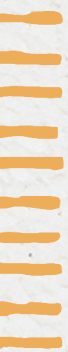
mia e na inauguração de novas linguagens, em virtude da maior parte deles (as) já possuírem domínio da escrita e alguma alfabetização tecnológica e estarem em diversos espaços onde eles(as), podem se tornar pontes de diálogos entre os territórios indígenas e as universidades e demais repartições públicas. Assegurar as vozes indígenas nesses espaços é mostrar e dar visibilidade ao conhecimento ancestral e mostrar a resistência da nossa cultura. E ao mesmo tempo acompanhar o mundo contemporâneo e o seu desenvolvimento.

3.3.4. Novas Linguagens como pontes entre mundos

“(...) MITO É VIVO E PRESENTE”

Para criar pontes que assegurem que as vozes indígenas ecoem nesses espaços, teremos que desenvolver novas linguagens para darmos conta de nos aproximar da oralidade e descrever vivências que compõem o território, sempre partindo da cultura e pensando no ambiente que nos rodeia, como a floresta, os rios, igarapés, lagos e as montanhas, plantas e animais. Segundo Francy Baniwa:

Quando se fala de mito, logo as pessoas vêm como contos de fadas. O mito não é passado; um mito é uma narrativa presente e viva. Para nós indígenas, os mitos são o que norteiam nossas vidas. Porque nascemos dessas cosmologias, onde nosso corpo e espírito é cuidado por mitologia. (Baniwa, 2023, p.23).



Em virtude disso descrevo que atualmente nós, povos indígenas, vivenciamos dois mundos: o mundo tradicional e o mundo contemporâneo. O mundo tradicional é resistente desde a invasão dos nossos territórios: ressurgimos das cicatrizes da colonização através da resistência das nossas faunas, montanhas, igarapés, rios, florestas, animais. Já nós indígenas, que habitamos um determinado território, recriamos esses espaços através da conexão com mãe natureza, onde junto a esse habitar manejamos a existência dos diversos conhecimentos que persistem até a atualidade. A vivência dos povos indígenas é muito complexa, composta por diversos comportamentos e organizações sociais que interligam seus saberes com fenômenos que compõem a natureza.

Elementos que constituem o corpo, partindo do Kihti ukūse de surgimento do Yepa oãku, primeiro ser antropomórfico forjado pelo ũmuko ñuku ('Avô do mundo'), juntando os elementos que constituem o mundo terrestre. (BARRETO 2021, p. 45).

O outro lado é o mundo contemporâneo, onde o chamado desenvolvimento chega acelerando e causando mudanças na vida dos humanos e dos seres vivos que compõem um determinado território. O que nos resta é nos adaptar à regra da sociedade envolvente e recriar as estratégias de existência. Digo isso em virtude que eu sou uma sobrevivente desses dois mundos, vivencio o mundo composto por saberes ancestrais e o mundo contemporâneo que está em constante movimento.

Sou parte desse movimento, precisei me adaptar a diversos momentos: como escrever, falar o português e ir para escola formal, até começar a ocupar espaços de representatividade e tomada de decisão. Até mesmo me tornei presidente da Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro - AMI-ARN 2009-2022, coordenadora do Departamento de Mulheres Indígenas do Rio Negro-DMIRN/FOIRN 2017-2020 e atualmente estou no espaço acadêmico, com intuito de organizar estratégias de adaptações e partilha de visões que constituem os saberes interculturais. Em todos estes espaços, as

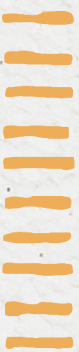




lutas ocorrem diariamente para mantermos os nossos direitos indígenas. Os saberes interculturais são estratégias de resguardo dos conhecimentos indígenas e dos conhecimentos que nos rodeiam. Precisamos estar nesses espaços como forma de resguardamos e cuidarmos dos nossos direitos de existência e dos seres que compõem o território a que pertencemos.

Desde antes de 2009, sempre acompanhei o movimento indígena, através do meu tio Cirilo Gomes Peinado e Lindasira Gomes Peinado, do povo Baré, líderes que lutam em prol da Demarcação Terra Indígena Cué-Cué Marabitanas e demais políticas públicas que possam chegar em nossos territórios. Ao vivenciar o decreto nº 7.747 de 5 de junho de 2012, que institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas- PNGATI, vi surgir a oportunidade de reivindicarmos políticas públicas que vissem projetos sustentáveis e gestão dos territórios, que valorizem e priorizem a identidade cultural e os territórios indígenas — aqui no Rio Negro, pós demarcação das Terras Indígenas, isso

se tornou um desafio. Como liderança naquele momento, comecei a mobilizar as mulheres rio-negrenses para estar nas oficinas de elaboração do Plano de Gestão Territorial Ambiental (PG-TAs) das Terras Indígenas do Rio Negro. Neste documento, contribuí tratando sobre saúde juntamente com outras mulheres indígenas do Rio Negro. O trecho fala como nossa medicina tradicional cuida do fortalecimento dos corpos, da comunidade e da natureza (pag. 212). Os PG-TAs são instrumentos construídos pelas próprias comunidades para planejar o uso, manejo e proteção de seus territórios conforme suas cosmovisões, práticas e prioridades. Os protocolos de consulta são documentos que definem como essas comunidades querem ser consultadas sobre qualquer medida que as afete. Integrar os dois instrumentos reforça o direito à autodeterminação, pois garante que a gestão dos territórios ocorra segundo os próprios critérios das comunidades e que qualquer interferência externa respeite esse plano de vida.



3.3.5. O papel das mulheres na promoção da Saúde e Sociobioeconomia



Ter saúde não quer dizer ter uma completa ausência de doenças, mas sim ter todas as condições para viver uma vida digna em harmonia com a natureza e com a comunidade. Isto consiste em um significado mais amplo, no qual ter saúde abrange ter moradia, boa alimentação, acesso à água potável, transporte, trabalho, educação, lazer e interação com a natureza – rios, igarapés e florestas – para ter qualidade de vida. Para nós, povos indígenas do Rio Negro, a saúde está diretamente ligada à natureza. Ter saúde é ter a felicidade de viver em harmonia com o meio ambiente, tendo no trabalho familiar e comunitário a garantia de um futuro sustentável para os nossos filhos e netos. Ter saúde é ter água boa para beber, preparar nosso alimento e banhar nosso corpo! Para isso é necessário vivermos em um ambiente saudável, sem poluição e invasões nas nossas terras e rios. Não existe saúde do corpo humano se a natureza não estiver em equilíbrio.

Ter uma boa relação entre nossas associações indígenas de base e outras instituições – públicas, privadas e não governamentais – também é fundamental para a manutenção da saúde. As boas alianças sempre foram importantes para a evolução humana. Fazer trabalhos comunitários em benefício do bem comum, preservar o alimento tradicional, valorizar a cultura e os conhecimentos indígenas, assim como os saberes sobre remédios tradicionais, também é um meio de garantir o bem-estar de toda a comunidade. Não pensamos a saúde de forma individual. Para uma pessoa ter saúde, o coletivo precisa ser saudável.

Nós, mulheres indígenas, sempre cuidamos da saúde da família, em especial dos filhos, e do nosso próprio corpo. Os cuidados que conhecemos envolvem uma maneira de prevenir as doenças, de fortalecer o corpo e de curar doenças passadas de geração para geração. Estes conhecimentos que as mulheres de todas as etnias do Rio Negro mantêm são repassados pela sua família ao longo da infância e da juventude. Depois de casadas, nossas sogras ou outras parentas também continuam nos ensinando novos remédios e formas de cuidar da saúde familiar. Tanto os homens, quan-





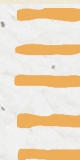
to as mulheres repassam esses conhecimentos tradicionais sobre saúde, lembrando que temos nos pajés, nos benzedores e nas parteiras pessoas muito importantes na gestão e transmissão dos conhecimentos tradicionais de saúde indígena. Tudo isto compõe nossos Cestos de Conhecimento.

Temos que valorizar nosso conhecimento ancestral e queremos que os serviços públicos de saúde também valorizem, respeitem e internalizem esses saberes. Nossos pajés, benzedores e parteiras devem fazer parte do sistema de saúde. Eles podem integrar as equipes do DSEI (Distrito Sanitário Especial Indígena) que cuidam das comunidades e devem ser reconhecidos como profissionais da saúde indígena.

As mulheres indígenas são parte essencial deste sistema de conhecimento tradicional e devem ser valorizadas por isso, como, por exemplo, as parteiras. Desde o nascimento dos nossos filhos somos nós que cuidamos para que eles cresçam saudáveis fisicamente, mentalmente e espiritualmente. Devemos lutar para que as parteiras possam atuar nas comunidades e evitar que as mulheres indígenas venham para a cidade ter filhos de cesariana no hospital, sem respeitar vários dos nossos conhecimentos tradicionais, como os benzimentos e alimentos que devem ser ingeridos para que a mãe e o filho fiquem saudáveis.

Aqui no Rio Negro, todas as etnias usam o benzimento como forma de proteção e manutenção da saúde. Nossos benzimentos estão na base da construção do nosso conceito de saúde e bem viver. A nossa saúde está diretamente ligada ao conhecimento sobre essas forças espirituais, porque através delas podemos nos prevenir das doenças causadas pelas influências dos maus espíritos.

No Dicionário Mulheres do Brasil – de 1500 até a atualidade (2000), nas 567 páginas a categoria mulher indígena aparece em 39 citações referentes às indígenas escravizadas ou submetidas às leis da inquisição. O estudo, a exemplo das obras anteriores aqui mencionadas, expressa o esforço rigoroso para contar um pouco da história das mulheres no Brasil. Como escrevem as autoras do dicionário: quem foram e como viveram as mulheres nesses 500 anos de história brasileira? Onde estavam elas no longo período de colonização, no breve império e na vida republicana? Que palavras não foram escritas? Que vozes não foram ouvidas? Quem são as mulheres cuja vida pode nos mostrar o que existe atrás dos panos?. As indígenas, afirmam, representam o elemento oculto, anônimo, que participou, involuntariamente, da construção do Brasil (Vieira, 2017, p.12).

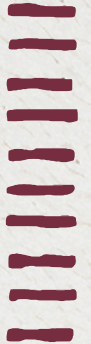


Olhando diretamente para essa citação acima, precisamos refletir sobre as mulheres do Brasil e especialmente as mulheres indígenas. Estar no mundo contemporâneo composto por diversas transformações, também é uma forma de resistir, trazer para a iniciativa “Saberes da Sociobio” a temática “Sociobioeconomia na Amazônia: relações de gênero - mulheres, juventude e novas linguagens”, é uma oportunidade de compartilharmos reflexões que tangem a luta das mulheres e jovens indígenas nesse país. Através desta oportunidade podemos desconstruir diversas versões escritas, refletir para aperfeiçoar os nossos protocolos e fazer ecoar vozes que foram silenciadas há décadas, deixando as mulheres e jovens indígenas no espaço de adormecimento total, onde aos poucos vamos ressurgindo das cinzas que quase se apagaram através do poder do patriarcado e da colonização.

Nosso único caminho é seguir lutando como mulher indígena e povo indígena. Nossa marcha é resistir! Assim fizemos nesses cinco séculos desde os primeiros invasores. As mulheres marcharam aqui e pelo mundo para defender nossos direitos, nossa cultura, nossa mãe Natureza. Não temos medo de enfrentar. (Vieira, 2017, p. 64)

Sabemos que durante anos as vozes das mulheres e jovens indígenas foram silenciadas. Atualmente, através do “ecoar vozes e reflorestar mentes”, estamos na busca de protagonizar as nossas histórias, descrever nossas memórias, compartilhar as visões e através de novas linguagens, queremos demonstrar que as mulheres e jovens possuem sua própria governança de fazer gestão em nossas comunidades e territórios. As mulheres e jovens indígenas, somos núcleos de resistência importantes na organização da sociedade indígena, somos as condutoras dos diversos conhecimentos, somos umbigo da vida. Já os jovens indígenas são os interlocutores detentores de diversos conhecimentos, podemos até chamá-los de intersaberes do conhecimento.





Para seguirmos defendendo nossos saberes, conhecimentos e territórios temos que seguir criando pontes entre os mundos e aprender a usar as ferramentas da lei. Por isso é tão importante analisar e fomentar os protocolos. Já sabemos que a Consulta Prévia é um direito dos povos indígenas de serem consultados e participarem das decisões sobre seus territórios por meio do diálogo marcado por boa-fé. Atualmente nós mulheres e jovens indígenas estamos na luta, para ecoar vozes indígenas e reflorestar mentes em diversos espaços.

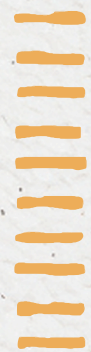
3.3.6. Análise de 4 Protocolos de consulta Prévia Livre e Informada – PCPLI no Amazonas

Como pesquisadora da Sociobio e mulher indígena, quero salientar que somos raízes da vivência, somos útero da vida, somos vida para além da vida, os ensinamentos estão enraizados em nossas terras, em nossas florestas, rios, montanhas e igarapés. Para mim, rabiscar sobre esses protocolos é lembrar das diversidades de conhecimento, que esses povos indígenas carregam em seus cestos ancestrais. Territórios amazônicos compos-

tos por tapetes verdes e seus povos, para continuar existindo, precisam organizar várias ferramentas do mundo não indígena entre, elas os protocolos de consulta. Aqui neste capítulo vou contribuir analisando 4 protocolos relacionados com o território do estado do Amazonas.

Protocolo de consulta dos povos Kahwahiva do Sul do Amazonas

Rabiscar sobre esse protocolo é lembrar das diversidades de conhecimentos que os povos indígenas carregam em seus cestos ancestrais. O protocolo de consulta dos Povos Kagwahiva do Sul do Amazonas é um documento político e jurídico criado para proteger os direitos indígenas e garantir que qualquer decisão que afete esses povos passe primeiro por uma consulta. Ele abrange sete terras indígenas, somando mais de 1,8 milhão de hectares, onde vivem os povos Ténharin, Parintintin, Jiahui e Juma. Cada um tem sua própria organização social e todos são representados por associações indígenas locais.



A consulta prévia é um direito que está na Convenção 169 da OIT, que diz que qualquer decisão que envolva os povos indígenas tem que ser feita de forma livre, informada e de boa fé. O protocolo deixa bem claro que os povos Kagwahiva querem que governos, empresas e instituições respeitem suas regras e modos de vida. Quem decide como a consulta deve ser feita são eles.

« OS SABERES INDÍGENAS SÃO CIRCULARES E QUEM FAZ ESSE CICLO GIRAR SÃO EXATAMENTE AS MULHERES E OS JOVENS. »

Mas agora vem a reflexão: o protocolo não está escrito na língua indígena, e percebe-se que a participação das mulheres e dos jovens é pouca. Nas fotos ou desenhos há presença, mas ao elaborar o texto não há a escrita das falas delas e deles. Não tem um capítulo específico falando sobre os saberes das mulheres e jovens, nem sobre a importância deles nesses processos. Inclusive percebe-se que os jovens ajudaram a criar os mapas, mas não são mencionados diretamente. Isso me preocupa, porque a gente sabe que os saberes indígenas são circulares e quem faz esse ciclo girar são exatamente as mulheres e os jovens.

No dia 29 de outubro, no contexto deste estudo, realizamos uma Roda de Conversa com a temática “Sociobioeconomia gênero e juventude: como garantir o diálogo entre conhecimentos ancestrais, tradicionais e acadêmicos na elaboração de protocolos de consulta?”. Nesse dia tivemos como palestrante a coordenadora Socorro Baniwa, da Rede Makira E’Ta:

Os jovens hoje estão se reconectando com seu território, hoje se faz necessário que esses grupos se apropriem e compreendam a importância desse documento, para poderem exercer atividades voltadas a sociobioeconomia de uma forma correta, sempre conectados com o território de sua origem.

Protocolo de consulta dos Povos e Comunidades Indígenas do Rio Negro

Agora vamos para a reflexão do protocolo de consulta do Rio Negro, que cobre um território enorme, onde vivem 23 povos indígenas. Essa terra, além de milenar, é cheia de rios, florestas e conhecimentos que são passados de geração em geração. O protocolo fala que qualquer projeto de mineração, extração de madeira, pesca comercial, turismo ou até mesmo políticas públicas, tem que passar pela consulta prévia dos povos do Rio Negro. Isso é fundamental, porque essa é uma das regiões mais ricas em biodiversidade e cultura, e qualquer decisão pode impactar profundamente a vida desses povos.

Josiane, jovem indígena do Alto Uaupés, fala que os jovens precisam se apropriar dos conhecimentos indígenas e das novas tecnologias para ajudar no desenvolvimento sustentável das comunidades. As escritas sobre as tecnologias não estão descritas nesses protocolos, precisamos saber sobre isso por que elas podem nos favorecer e nos prejudicar ao mesmo tempo.

A impressão que dá é que as mulheres e os jovens ainda estão no papel de coadjuvantes dentro desses documentos. Eles aparecem nas imagens, mas na hora de colocar no papel o que pensam, o que sabem e o que querem, não têm espaço. Isso precisa mudar. Se a gente quer protocolos que realmente representem os povos indígenas, eles têm que trazer todas as vozes, não só dos mais velhos ou dos líderes homens.

Protocolo de consulta e consentimento do Povo Mura do Itaparanã

Esse protocolo já traz uma abordagem um pouco diferente. O Povo Mura do Itaparanã vem lutando há décadas pelo reconhecimento de seu território e usa esse protocolo como ferramenta de resistência. O documento foi criado junto com o Ministério Público Federal, Justiça Federal e Instituto Pacto Amazônico, e tem como objetivo garantir que qualquer consulta seja feita respeitando o modo de vida do povo Mura.



O que me chamou atenção nesse protocolo é que ele permite que não-indígenas sejam convidados para contribuir na sua elaboração, desde que tenham uma relação de confiança com a comunidade. Isso já mostra uma flexibilidade maior do que os outros protocolos analisados. Além disso, ele fala sobre a participação de mulheres, jovens, idosos, professores e líderes comunitários nos processos de consulta.

Mas tem um detalhe importante: não existe um capítulo específico que sistematize os saberes tradicionais das mulheres e jovens. O texto menciona que eles participam, mas não aprofunda como isso acontece na prática. Assim como nos outros protocolos, o foco ainda é muito voltado para defesa territorial, deixando de lado a socio-bioeconomia e a biodiversidade.

A gente sabe que as mulheres e os jovens têm um papel fundamental na coleta de sementes, no cuidado com as plantas medicinais, na produção artesanal, e nada disso está no documento. Como é que os governos e as empresas vão respeitar esses saberes se eles nem aparecem nos protocolos? Esse documento precisa

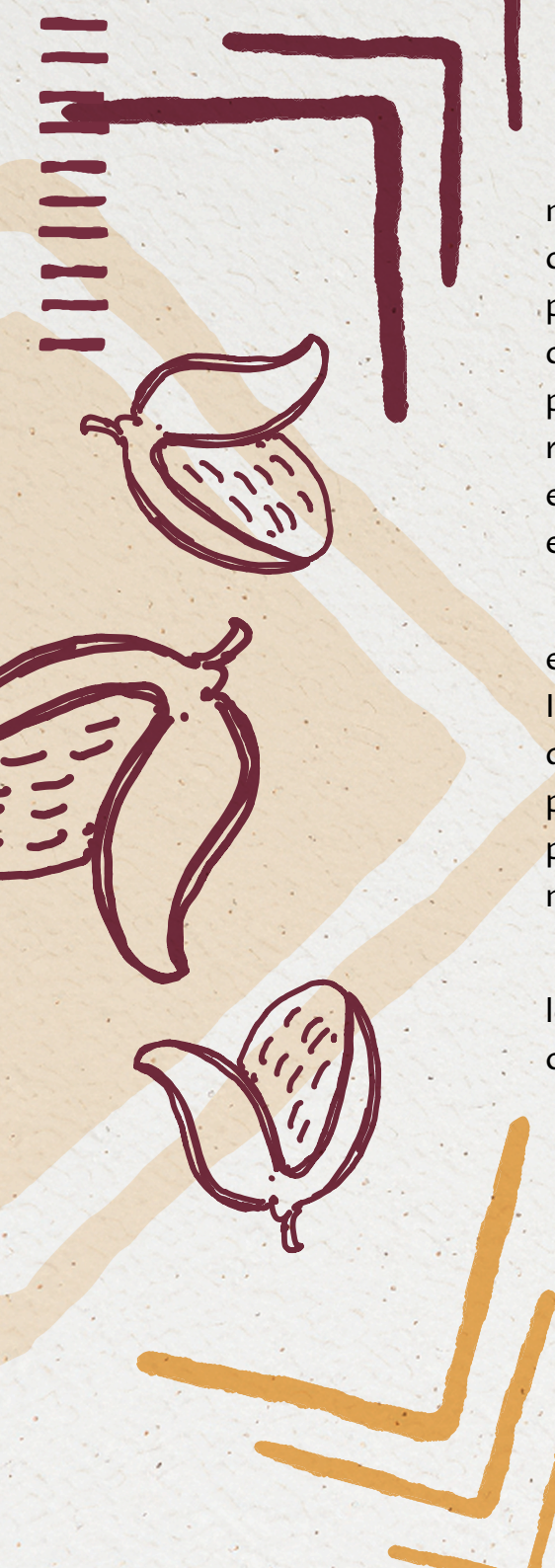
evoluir para garantir que esses conhecimentos sejam formalmente reconhecidos, senão eles correm o risco de continuar invisibilizados.

Protocolo de consulta e consentimento do Povo Mura de Autazes e do Careiro da Várzea

Agora, falando do protocolo dos Mura de Autazes e Careiro de Várzea, esse documento se diferencia um pouco dos outros porque já foi pensado para dialogar diretamente com empresas e órgãos governamentais. Os Mura têm duas grandes organizações que estruturam sua luta: o Conselho Indígena Mura (CIM) e a Organização das Lideranças Mura da Várzea (OLIMCV).

O protocolo reafirma que os Mura são autônomos e não são tutelados pelo Estado. Eles deixam claro que querem ter voz ativa na decisão sobre seus territórios e que a Convenção 169 da OIT tem que ser respeitada. Mas aí, quando fui analisar a presença das mulheres e dos jovens, percebi que o mesmo problema se repete: eles aparecem nas imagens, mas não nas palavras.





A verdade é que as mulheres e jovens indígenas ainda estão sendo invisibilizados nesses documentos. Quem carrega o conhecimento das plantas medicinais, das roças, das sementes e da coleta são elas e eles. Mas quando a gente lê os protocolos, o foco está sempre na defesa da terra, educação e saúde, e pouco se fala sobre como esses saberes podem ser fortalecidos dentro da economia indígena.

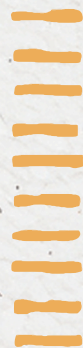
Outro ponto que me chamou atenção foi que esse protocolo está escrito só em português. Isso já cria uma barreira enorme para muitos indígenas que não dominam o idioma escrito. Se os protocolos são para garantir o direito dos povos, por que eles não estão sendo escritos na língua nativa também?

Depois de passar por esses quatro protocolos, uma coisa ficou clara pra mim: as mulheres e os jovens ainda não estão tendo a visibilidade

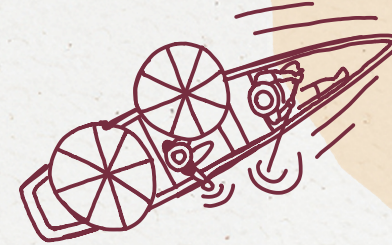
que deveriam ter nesses documentos. Mesmo quando participam das reuniões, suas vozes não aparecem nos textos. Se queremos construir protocolos de consulta que realmente representem os povos indígenas, isto precisa mudar.

A relação entre os conhecimentos tradicionais e os conhecimentos não-indígenas tanto legais como acadêmicos é muito complexa, mas precisamos nos esforçar para que ambos os conhecimentos caminhem juntos. Só assim será viável garantir uma boa saúde para as gerações futuras nas terras indígenas.

Ao perpassar por quatro protocolos se faz necessário reorganizarmos as escritas e as nossas demandas para que todas vocês possam proliferar nesse espaço. As escritas são fontes que temos hoje para garantir os nossos direitos como indígenas, em especial as mulheres e jovens.



4. Análise integrada dos achados





Dos 42 protocolos analisados (envolvendo indígenas, quilombolas e outras populações tradicionais), não há metodologias específicas para garantir a inclusão efetiva de mulheres e jovens nos processos decisórios. Embora haja menções genéricas à participação de todos, não se identificou um destaque real para mulheres e jovens em nenhum dos protocolos indígenas.

Destaca-se então:

4.1. BARREIRA LINGÜÍSTICA E LINGUAGENS

- Apenas 2 protocolos foram produzidos na língua nativa indígena e em português;
- 31 protocolos estavam exclusivamente em português, o que dificulta a compreensão e participação efetiva das comunidades.
- A ausência da língua nativa desfavorece a transmissão cultural e o entendimento das decisões, o que pode gerar desequilíbrios de poder para populações indígenas.

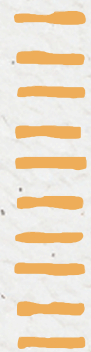
- Para os demais povos tradicionais, linguagem adequada, simplificada e acessível pode facilitar não só o entendimento, mas também a maior participação e utilização posterior no dia a dia das populações.

4.2. INFLUÊNCIA DE ENTIDADES PARCEIRAS

- O processo de elaboração dos protocolos conta com ONGs, universidades, igrejas e empresas, mas não há clareza sobre se essa influência favorece ou limita a inclusão de mulheres e jovens.
- Muitas vezes, a relação entre as instituições não se dá de maneira dialógica e inclusiva, podendo reproduzir estruturas de dominação.

4.3. COLONIZAÇÃO INTELECTUAL E DESVALORIZAÇÃO DO SABER COMUNITÁRIO

- A ausência de reconhecimento dos saberes tradicionais pode enfraquecer a diversidade cultural e ecológica das comunidades.





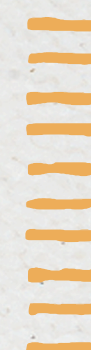
4.4. PROTOCOLOS QUILOMBOLAS SÃO MAIS ABRANGENTES

- Nos protocolos quilombolas analisados, há uma ênfase maior na identidade coletiva, mencionando explicitamente a participação de mulheres e jovens.
- No entanto, ainda não há garantias de que essa participação ocorra de forma equitativa e deliberativa.

4.5. IMPORTÂNCIA DA JUSTIÇA EPISTÊMICA E EQUIDADE

- O estudo reforça que a participação de mulheres e jovens nos protocolos é fundamental para garantir equidade de gênero e geração.
- Mulheres e jovens trazem perspectivas diferenciadas sobre meio ambiente e políticas de desenvolvimento, e sua exclusão pode impactar a sustentabilidade das decisões.

O estudo evidencia que, apesar de mencionarem a participação de mulheres e jovens, os protocolos de consulta não possuem estratégias



efetivas para garantir essa inclusão. A barreira linguística, a influência externa e a estrutura desigual das relações de poder ainda limitam a participação plena desses grupos, reforçando a necessidade de um olhar mais crítico e inclusivo na construção desses instrumentos de consulta.

Os PCPLI que se encontram no território do Baixo Tocantins utilizam linguagem simples e acessível, no entanto percebe-se que dos protocolos indígenas do Amazonas, apenas um foi elaborado na língua de origem. Todos os protocolos foram elaborados com a participação de parceiros no Pará, apenas um protocolo não contou com a participação de membros da universidade e no Amazonas a instituição foi ausente. Os protocolos do Amazonas analisados neste capítulo não possuem previsão clara de participação de mulheres e jovens na consulta. Nos PCPLI analisados no Pará, por sua vez, apenas os protocolos do quilombo São José de Icatu e o protocolo quilombola indígena Sítio Conceição tem menção as mulheres nos artigos que antecedem a menção aos atores locais como podemos ver na citação:





Os moradores locais (pescadores, agricultores, extrativistas, parteiras/os, puxadores/as, professores/as, coletivo de Mulheres Flor da Roça e todos os moradores do território quilombola São José de Icatu). (Protocolo quilombo São José de Icatu, p. 30)

Deverão ser consultados(as) as famílias, os jovens, as crianças e os idosos, que devem ser chamados pela coordenação da Associação da comunidade para que todos contribuam para as ações, incluindo nossos parceiros, cujo apoio seja de nosso interesse (Protocolo quilombola indígena Sítio Conceição, p. 55).

O protocolo Quilombola do Baixo Caeté Laranjituba e África, é o único que descreve com clareza, no terceiro passo do procedimento de consulta, a metodologia de consulta aos diferentes grupos que existem na comunidade.

Serão realizadas rodadas de reuniões internas, coordenadas pela AQUIBAC, iniciando as discussões com os grupos de interesse, tais como: mulheres, homens, crianças, adolescentes, jovens, idosos, pessoas com deficiência, agricultores, extrativistas, estudantes, grupos culturais, grupos religiosos, grupos de ecoturismo, grupos esportivos das comunidades, entre outros que a AQUIBAC julgar pertinentes. (Protocolo Quilombola do Baixo Caeté Laranjituba e África, p. 8).

Ressaltamos que o protocolo quilombola São José Lourenço é o único, no território do Baixo Tocantins, que de forma clara reconhece e inclui Pessoas com Deficiência (PCD) no protocolo.





TODAS AS PESSOAS QUE DESENVOLVEM ALGUMA ATIVIDADE, SEJA DE CUNHO ECONÔMICO, CULTURAL OU SOCIAL COM A COMUNIDADE, TAIS COMO: professores/as, time de futebol, igrejas, grupos culturais (folclóricos como: blocos carnavalescos, quadrilhas juninas, boi-bumbá), ribeirinhos do Murucupi, pesquisadores, pescadores, agricultores, universitários, Pessoas com Deficiência (PCD) (Protocolo quilombola São José Lourenço, p. 26).

Observamos que há lacunas importantes nos protocolos de consulta, em relação à sociobioeconomia, gênero e juventude, o que compromete sua eficácia. A falta de uma abordagem sobre sociobioeconomia, especialmente nas relações comerciais entre comunidades e empresas, e a ausência de regras claras para essas interações, aumentam o risco de exploração e o desrespeito às práticas locais. No Pará, o protocolo da sociobiodiversidade Resex Riozinho do Anfrísio e o protocolo extrativista da Comunidade Beiradeiros do Riozinho do Anfrísio são exemplos de como incluir essas questões nos protocolos.

Visão: Acreditamos que as relações comerciais devam ser construídas a partir do diálogo entre as partes, baseadas no respeito mútuo, no equilíbrio de forças e no uso sustentável dos recursos. Estas relações devem ser negociadas com transparência, de forma a buscar soluções para os desafios e principalmente como forma de contribuir com a valorização do modo de vida tradicional e proteção do nosso território (Protocolo da sociobiodiversidade Resex Riozinho do Anfrísio, p. 05).

Também queremos que estas regras sejam consideradas e respeitadas por empresas interessadas em estabelecer relações comerciais conosco, sobretudo quando essas atividades dependerem de decisões sobre nosso modo de vida e relação com a floresta (Protocolo extrativista da Comunidade Beiradeiros do Riozinho do Anfrísio, p. 15).



Quadro 2. Lista de protocolos de consulta Prévia, Livre e Informada do Pará e Amazonas analisados neste capítulo

1 de 4

N.	Protocolos de consulta Prévia, Livre e Informada – PCPLI	Municípios	Foi produzido na língua nativa da comunidade ou povo?	Contou com o auxílio de entidades parceiras? Sim/ Não	Relação com academia na elaboração do PCPLI Sim/Não	Tem previsão clara de participação de mulheres e jovens na consulta? Sim/Não
Comunidades Quilombolas						
1	Quilombo Jambuaçu	Moju (Pa)	Sim	Sim	Sim	sim
2	Quilombo Bom Remédio	Abaetetuba (Pa)	Sim	Sim	Sim	Sim
3	Associação Quilombola do Baixo Caeté Laranjituba e África	Abaetetuba e Moju (Pa)	Sim	Sim	Sim	Sim
4	Quilombo Itacuruça alto	Abaetetuba (Pa)	Sim	Sim	Sim	Sim
5	Quilombo de São José de Icatu	Mocajuba (Pa)	Sim	Sim	Sim	Não
6	Quilombo São José Lourenço	Barcarena (Pa)	Sim	Sim	Sim	Sim
7	Quilombos Passagem, Nazaré do Airi e Peafú	Monte Alegre (Pa)	Sim	Sim	Sim	Sim
8	Abacatal	Ananindeua (Pa)	Sim	Sim	Sim	Sim
9	Quilombola - Saracura, Arapemã, Surubiu-Açú, Nova Vista do Ituqui, São José do Ituqui, São Raimundo do Ituqui, Patos do Ituqui, Pérola do Maicá, Bom Jardim, Murumurutuba, Murumuru e Tiningu	Santarém (Pa)	Sim	Sim	Sim	Não
10	Protocolo-Pimental-e-São-Francisco	Trairão (Pa)	Sim	Sim	Sim	Sim
11	Quilombo-do-Alto-Trombetas-II- Curuçá, Jamari, Juquiri Grande, Juquirizinho, Moura, Nova Esperança, Palhal e Último Quilombo.	Oriximiná (Pa)				



Quadro 2. Lista de protocolos de consulta Prévia, Livre e Informada do Pará e Amazonas analisados neste capítulo

2 de 4

N.	Protocolos de consulta Prévia, Livre e Informada – PCPLI	Municípios	Foi produzido na língua nativa da comunidade ou povo?	Contou com o auxílio de entidades parceiras? Sim/ Não	Relação com academia na elaboração do PCPLI Sim/Não	Tem previsão clara de participação de mulheres e jovens na consulta? Sim/Não
Comunidades tradicionais						
1	Protocolo Comunidade Agroextrativista do Pirocaba	Abaetetuba (Pa)	Sim	Sim	Não	Sim
2	Protocolo dos Pescadores	Santarém (Pa)	Sim	Sim	Sim	Sim
3	Protocolo de Consulta Montanha e Mangabal	Itaituba (Pa)	Sim	Sim	Sim	Sim
4	Protocolo-consulta-pescadores	Itaituba (Pa)	Sim	Sim	Não	Sim
5	Protocolo-de-Consulta Beiradeiro	Altamira (Pa)	Sim	Sim	Não	Sim
6	Protocolo-de-consulta pescadores	Aveiro (Pa)	Sim	Sim	Não	Sim
7	Protocolo extrativista-Bogea	tupiranga, Novo Repartimento, Jacundá e Nova Ipixuna. (Pa)	Sim	Sim	Sim	Sim
Protocolos em Conjunto: Indígenas, Quilombolas e Tradicionais						
1	Protocolo Território Comunidade Tradicional Acui	Barcarena (Pa)	Sim	Sim	Sim	Sim
2	Protocolo quilombola indígena Sítio Conceição	Barcarena (Pa)	Sim	Sim	Sim	Não
3	Ribeirinhas e Extrativistas comunidades Maria Petronília do Porto Ceasa, Nossa Senhora dos Navegantes, Uriboquinha, Beira Rio	Belém (Pa)	Sim	Sim	Sim	Sim
Protocolos Sociobiodiversidade						
1	Protocolo-Biocultural-Riozinho	Altamira (Pa)				



Quadro 2. Lista de protocolos de consulta Prévia, Livre e Informada do Pará e Amazonas analisados neste capítulo

3 de 4

N.	Protocolos de consulta Prévia, Livre e Informada – PCPLI	Municípios	Foi produzido na língua nativa da comunidade ou povo?	Contou com o auxílio de entidades parceiras? Sim/ Não	Relação com academia na elaboração do PCPLI Sim/Não	Tem previsão clara de participação de mulheres e jovens na consulta? Sim/Não
Protocolos Indígenas						
1	Protocolo de Consulta dos Povos Kagwahiva do Sul do Amazonas	Humaitá, Manicoré, Novo Aripuanã e Canutama (Am)	Não	Sim	não	Não
2	Protocolo de Consulta dos Povos e Comunidades Indígenas do Rio Negro	Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira e Japurá (Am)	Não	Sim	não	Não
3	Protocolo de Consulta e Consentimento Povo Mura do Itaparanã	BR 230 no Km 90, de Humaitá e Lábrea (Am)	Sim	Sim	Não	Sim
4	Protocolo de Consulta e Consentimento do Povo Indígena Mura de Autazes e Careiro da Várzea, Amazonas	Autazes e Careiro da Várzea (Am)	Não	Sim	Não	Não
5	Indígena Aikewara da Terra Indígena Sororó	São Geraldo do Araguaia, Brejo Grande do Araguaia, São Domingos do Araguaia e Marabá (Pa)	Não	Sim	Não	Não
6	Protocolo de Consulta_munduruku_e_apiaka_indígena - munduruku	Santarém (Pa)	Não	Sim	Sim	Sim
7	Povo Warao	Belém (Pa)	Não	Sim	Sim	Sim
8	Livro-Protocolo-Tupinambá	Santarém e Aveiro (Pa)	Não	Sim	Sim	Sim
9	Povos Indígenas do Território Wayamu	Santarém (Pa)	Não	Sim	Sim	Sim



Quadro 2. Lista de protocolos de consulta Prévia, Livre e Informada do Pará e Amazonas analisados neste capítulo

4 de 4

N.	Protocolos de consulta Prévia, Livre e Informada – PCPLI	Municípios	Foi produzido na língua nativa da comunidade ou povo?	Contou com o auxílio de entidades parceiras? Sim/ Não	Relação com academia na elaboração do PCPLI Sim/Não	Tem previsão clara de participação de mulheres e jovens na consulta? Sim/Não
Protocolos Indígenas						
10	Povo Panará	Altamira (Pa)	Não	Sim	Sim	Sim
11	Povo Kaxixó Aldeia Capão do Zezinho no município de Martinho Campos	Martinho Campos (Pa)	Não	Sim	Sim	Sim
12	Protocolo-arara-web	Santarém (Pa)	Não	Sim	Sim	Sim
13	Associação Indígena do Povo Arara da Terra Indígena Cachoeira Seca - KOWIT- OESTE DO Pará- municípios de Altamira, Medicilândia, Brasil Novo, Uruará, Placas e Rurópolis.	Altamira, Medicilândia, Brasil Novo, Uruará, Placas e Rurópolis (Pa)	Não	Sim	Sim	Sim
14	Protocolo-comunitario-Aikewara-6.6.2023_c - Povo Aikewara da Terra Indígena	São Domingos do Araguaia e Marabá (Pa)	Não	Sim	Sim	Sim
15	Protocolo-de-Consulta-dos-Kayapo-Menkragnoti-Associados-ao-Instituto-Kabu	Altamira e São Felix do Xingu (Pa)	Não	Sim	Sim	Sim
16	Protocolo-Kumaruara-Net-1 oeste para	Santarém (Pa)	Não	Sim	Sim	Sim
17	Protocolo-consulta-aldeia-takuara-munduruku	Belterra (Pa)	Não	Sim	Sim	Sim
18	Indígena Altamira 2017_protocolo_Paquicamba Juruna (Yudjá)	Altamira (Pa)	Não	Sim	Sim	Sim
19	Santarém, Itaituba e Jacareacanga - munduruku-final-2	Santarém, Itaituba e Jacareacanga (Pa)	Não	Sim	Sim	Sim
20	(TI) Sororó- de São Geraldo do Araguaia, Brejo Grande do Araguaia	São Geraldo Araguaia (Pa)	Não	Sim	Sim	Sim



As histórias de vida das comunidades revelam sua profunda conexão com o território, e o manejo sustentável dos recursos naturais pode sustentar sua economia local. O protocolo do Quilombo de São José do Icatu descreve com detalhes sobre as práticas econômicas sustentáveis com a conservação da biodiversidade e a valorização das culturas locais, a saber:

Diversas famílias sobrevivem da renda da agricultura familiar, no cultivo de mandioca, milho, arroz, jerimum, pepino, melancia, maxixe, quiabo, gergelim, tomate, açaí, cacau, cupuaçu, muruci, banana, pupunha, abacate, manga, jaca, fruta pão, laranja, laranja da terra, lima, limão, hortaliças, etc. Praticamos o extrativismo vegetal de diversos produtos, como castanha do Pará, açaí, bacaba, bacuri, piquiá, mari, uxi, taperebá, cacau, cacau, cupuaçu, cupuí, tucumã, inajá (protocolo do Quilombo de São José do Icatu, p. 22).

Os protocolos contêm parte de nossos cestos de conhecimento, mas se a gente não valorizar nem garantir a participação das mulheres e jovens, muitos desses conhecimentos vão se perder pelo caminho. Esses instrumentos falham ao não abordar adequadamente as questões de gênero, deixando de incluir a participação ativa das mulheres nas decisões sobre os recursos comunitários. Constatamos que as mulheres tiveram participação ativa na elaboração dos protocolos e realizam diversas atividades nas comunidades, por meio da observação das imagens contidas no documento.

Esses documentos são essenciais para a proteção dos territórios das comunidades tradicionais e também podem servir como ferramentas de governança e educação para jovens e crianças, empoderando-os sobre sua história e direitos. A articulação interna das comunidades e o apoio institucional são fundamentais para garantir processos claros e consistentes. Além disso, a representatividade da comunidade em espaços de decisões pode fortalecer as comunidades, fortalecendo a união e tornando-as resilientes, como demonstra o protocolo da comunidade quilombola Jambuaçu.



Nossas formas de organização e representações políticas de Jambuaçu com assentos em Conselhos da esfera Municipal-Estadual-Federal que tratam dos Direitos Humanos e Políticas Públicas para o nosso povo, e que, por sua vez, são corresponsáveis pelo nosso “bem viver” quilombola (comunidade quilombola Jambuaçu, p. 4).

Autoridade Coletiva Quilombola de Jambuaçu, formada por uma rede de autoridades (responsáveis) e autônomas para/na tomada de decisão no que tange a proteção e defesa da territorialidade quilombola em nome do quilombo de Jambuaçu/ Moju” (comunidade quilombola Jambuaçu, p. 2).

Os povos indígenas possuem diversas leis que os amparam, como os PGTA's e os protocolos de consultas já existentes nas comunidades. Entretanto, é importante destacar que, em um contexto de constante movimento e transformação, mulheres e jovens indígenas buscam ocupar espaços de decisão, tradicionalmente dominados pelo poder patriarcal. O principal desafio é fomentar essa participação e apoiar a interação entre a sabedoria milenar, o conhecimento acadêmico e processos de inovação e comercialização. Essa tarefa é particularmente desafiadora porque, enquanto o capitalismo foca no lucro, as perspectivas indígenas promovem o bem viver, que se aplica não apenas aos seres humanos, mas a todos os seres que compõem a realidade.

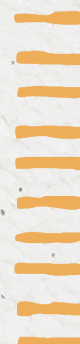
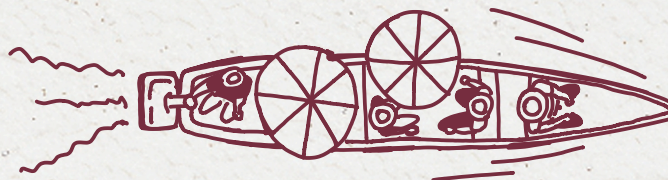
A presença de membros da comunidade nas universidades, como a do Quilombo São José do Icatu amplia seus conhecimentos, enquanto a participação das mulheres e jovens nos processos decisórios poderá fortalecer a equidade de gênero e a continuidade das práticas culturais.



Trecho linha do tempo 1980: Primeiro quilombola a ingressar na Universidade Federal do Pará para cursar o curso de Direito (Jorge Lopes de Farias); 2015: Acesso dos primeiros quilombolas na universidade pelo PSE (Processo Seletivo Especial), através do Sistema de Cotas Quilombolas, Reservas de Vagas e Reservas de Turmas). (Protocolo Quilombo São José do ICATU, p 6).

A nova geração indígena tem hoje mais acesso à informação do que antigamente. Além disso, temos um maior conhecimento sobre a política e o Estado, o que nos permite defender nossos direitos e nossa autonomia como mulheres indígenas. Por isso, é essencial lutar pelo nosso direito de escolha, em destaque para as mulheres com relação à escolha do local do parto e à pessoa com quem desejamos parir. Reconhecemos que o modelo assistencial ocidental é muito diferente da nossa realidade indígena e não considera plenamente a situação sociocultural das comunidades.

Em resumo, a integração desses elementos nos protocolos proporciona um desenvolvimento sustentável para as comunidades tradicionais, respeitando suas identidades e garantindo a proteção de seus territórios. A luta pela preservação de sua cultura e território é essencial para um futuro em que possam prosperar e garantir que as futuras gerações celebrem suas tradições.



The background is a light beige textured surface. In the top left, there is a series of vertical brown lines. A trail of brown footprints starts from the top left and curves towards the center. In the top right, there are several brown paw prints. A large, irregular orange shape is in the top right corner. In the bottom left, there is a large, irregular dark brown shape. A trail of small brown 'x' marks starts from the bottom left and curves towards the center. In the bottom right, there is a series of vertical orange lines.

5. Recomendações para ICTs, empresas e comunidades



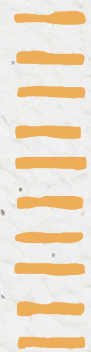
A construção de uma relação ética, dialógica e horizontal entre a academia e os povos e comunidades tradicionais exige olhar os protocolos de consulta como instrumentos vivos e coconstruídos. No âmbito da Iniciativa Saberes Sociobio, essa relação deve ir além da formalidade legal, incorporando princípios de justiça e respeito à autonomia dos povos, reconhecendo-os não apenas como fontes de dados, mas como sujeitos epistêmicos e políticos.

Atualmente, observa-se a lacuna de uma recomendação normativa clara por parte do Estado e das instituições acadêmicas para reconhecer esses protocolos como documentos legítimos de mediação e pactuação. Também é urgente avançar na capacitação ética e intercultural de pesquisadores e estudantes para atuação em contextos de alta complexidade socio-cultural e territorial, como os da Amazônia. Portanto, a Iniciativa Saberes Sociobio aponta para a necessidade de um novo paradigma de pesquisa: cooperativa, situada e comprometida com a transformação social, em que o conhecimento seja construído com e para os povos tradicionais, e não sobre eles.

Assim, após analisar a existência ou não de práticas de valorização de gênero e juventude, abordando a temática da sociobioeconomia e o diálogo entre saberes nos Protocolos de Consulta Prévia, Livre e Informada das Comunidades Tradicionais nos Estados do Pará e Amazonas, o GT aponta algumas recomendações direcionadas aos Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs), empresas e comunidades tradicionais necessárias. Assim, estruturamos as recomendações de forma clara e organizada, facilitando a implementação e o acompanhamento das ações propostas a saber:

5.1. MUDANÇAS ESTRUTURAIS NAS UNIVERSIDADES E CTIS

- Fazer com que as universidades públicas e institutos de pesquisa revisem e fortaleçam seus próprios marcos institucionais e éticos, incorporando os protocolos comunitários de consulta e consentimento livre, prévio e informado (CLPI) como parte integrante das diretrizes para pesquisas de campo, em articulação com os comitês de ética existentes;

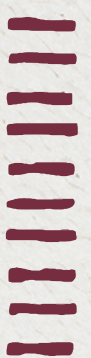


- 
- Estabelecer mecanismos institucionais de escuta e devolutiva para garantir que os resultados das pesquisas retornem às comunidades em formatos acessíveis e com potencial de aplicação prática;
 - Valorizar o conhecimento tradicional como co-produtivo do conhecimento científico, promovendo currículos intepistêmicos, parcerias horizontais e práticas de pesquisa colaborativa;
 - Reposicionamento ético e metodológico por parte dos pesquisadores. Isso implica em: (a) reconhecer e respeitar os protocolos próprios das comunidades, mesmo que isso signifique redimensionar cronogramas, metodologias ou até reformular questões de pesquisa; (b) atuar com transparência e responsabilidade, garantindo a participação das comunidades desde a definição dos objetivos até a publicação dos resultados; (c) Superar práticas extrativistas de coleta de dados, construindo relações continuadas de confiança e reciprocidade.

5.1.2 Atualização e Elaboração de Protocolos e sua conexão com os Planos de Gestão Territorial

- Estimular a criação de estratégias de integração entre os PGTAS e os protocolos, considerando os eixos de cada instrumento e formas de aplicação prática das diretrizes sinérgicas.
- Inserir nos protocolos diretrizes para realização de relações comerciais entre comunidades e empresas.
- Abordar nos protocolos a relação de gênero na comunidade e nas etapas de consulta prévia, livre e informada.
- Elaborar e publicar protocolo de consulta com base na realidade da comunidade tradicional, utilizando linguagem acessível em diferentes formatos (audiobook, vídeo, impresso). No caso dos protocolos indígenas, que tenha publicação na língua de origem, garantindo o reconhecimento dos direitos linguísticos das comunidades indígenas.



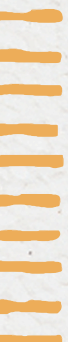
- 
- 
- Incluir formalmente os saberes ancestrais das mulheres e jovens, para que eles não fiquem só como imagem ilustrativa;
 - Ser mais ativa a participação das universidades na elaboração dos protocolos para dar respaldo para processos de manejo dos insumos da floresta e ajudar a valorizar a floresta em pé e todos os conhecimentos dos povos da floresta;
 - Inserir nos protocolos o registro de práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas integrante do patrimônio cultural de comunidades;
 - Adicionar no protocolo os requisitos e leis que amparam as comunidades tradicionais no diálogo intersaber na sociobioeconomia.
 - Apoiar a presença de tradutores no processo de elaboração do protocolo indígena, garantindo o respeito e Compreensão Cultural, precisão da Informação Fortalecimento da

oralidade e de novas linguagens e Inclusão e Participação de todos;

- Realizar ajustes para incluir a temática da sociobioeconomia, ter tradução para língua e trazer de fato a voz das mulheres e dos jovens, que precisam ter o direito de falar sobre o futuro do território.

5.1.3 Educação e Capacitação

- Criar proposta de curso EAD em parceria com atores estratégicos e atuantes na elaboração de protocolos como por exemplo a plataforma do observatório e FASE, para que empresas e instituições de ensino, pesquisa e inovação possam implementar os protocolos de forma genuína e não apenas como uma formalidade, com foco nas relações de gênero – mulheres, juventude e novas linguagens.
- Oferecer formação e recursos para que mulheres desenvolvam habilidades em liderança, empreendedorismo e advocacia.



5.1.4 Comunicação e Visibilidade.

- Criar plataformas de comunicação ou apoiar plataformas (blogs, redes sociais, podcasts ou documentários) onde mulheres possam compartilhar suas histórias, desafios e conquistas;
- Incentivar e garantir espaços de fala e registro das contribuições de mulheres e jovens na elaboração de protocolos de consulta;
- Garantir a participação de jovens e mulheres como formadores e escritores sobre a temática da Sociobioeconomia;
- Estimular e garantir espaço de fala e registro das contribuições de mulheres e jovens na elaboração de protocolos de consulta. Garantir espaços para vozes e escriturências sobre o cesto de saberes dos jovens e mulheres;
- Instruir e facilitar a criação de novos protocolos através da criação de cartilha contendo o passo a passo de elaboração do protocolo e os requisitos e leis aliadas, incluindo aspectos sobre so-

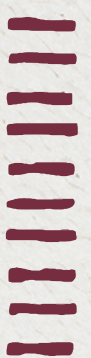
ciobioeconomia e biodiversidade, com linguagem adaptada, validada pelos territórios;

- Estimular a criação de artigos ou livros, com protagonismo de vozes das lideranças mulheres e jovens de comunidades tradicionais que possam descrever sobre cestos de conhecimento de suas comunidades.
- Mobilizar em apoio a legislações que protejam os direitos das mulheres e garantam acesso à terra, água e recursos naturais. Atualizar instruções sobre marcos legais.

5.1.5 Empoderamento e Liderança

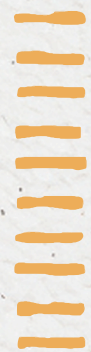
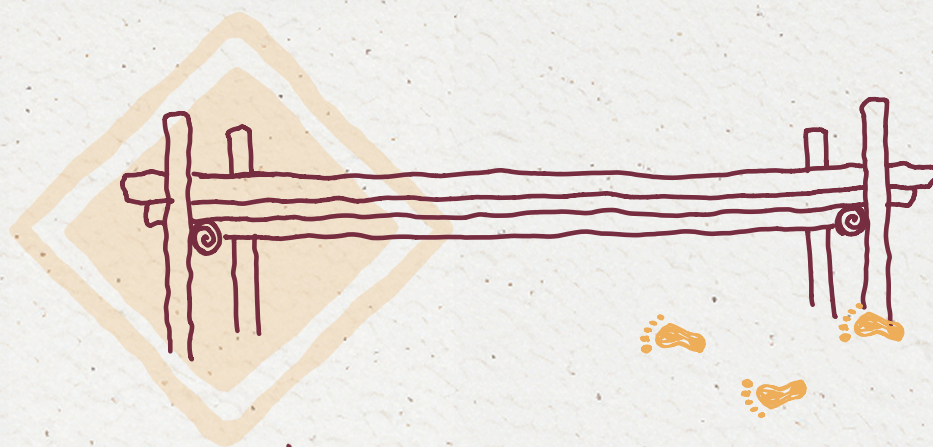
- Incentivar e fomentar a inclusão de mulheres em espaços de tomada de decisão e cargos de liderança.
- Fortalecer redes de mulheres e organizações que trabalham em prol dos direitos das mulheres e da conservação ambiental.



- 
- 
- Garantir espaços de protagonismo para mulheres e jovens de comunidades tradicionais. Elas buscam visibilidade de ampliar a sua visão para além do local de origem, atuar na linha de frente na busca pelo empoderamento, de poder estar lado a lado defendendo e propondo proposta de políticas que abraçam as causas das mulheres e jovens de suas comunidades que precisam sair da invisibilidade e compartilhar as interculturalidades, que são os cestos de conhecimentos com ênfase na geração de renda sustentável.

5.1.6 Sustentabilidade e Bioeconomia

- Promover investimento em projetos sustentáveis liderados por mulheres, como agricultura orgânica, artesanato e ecoturismo.
- Compilar e divulgar em linguagem acessível de leis que amparem a Bioeconomia;
- Olhar específico sobre sociobioeconomia, protegendo e valorizando plantas e práticas produtivas de comunidades tradicionais, não apenas tratar de grandes obras e mineração;
- Elaborar material informativo com estratégias e recomendações para a valorização das mulheres e jovens em relações comerciais e de pesquisa na sociobioeconomia.



6. Proposta de ação e Semente de futuro



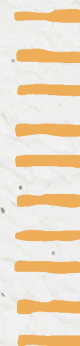


Após levantamento e análise dos 42 protocolos mapeados no Observatório dos protocolos autônomos, Ministério Público e acompanhados por ONGs como a FASE, dos referenciais como a convenção 169, teses e dissertações sobre o assunto e, considerado o público de interesse focal, o nosso grupo de trabalho propõe: um passo a passo e a proposta de semente de futuro em formato de um curso de gestão eficiente de protocolos de consulta, que poderá virar ações nos territórios numa fase 2, cujo objetivo é adaptar e garantir a inclusão de mulheres e jovens na construção e execução de protocolos. a saber:

6.1. PASSO A PASSO PARA CONSTRUÇÃO DE UM PROCESSO INTERSABERES PARA PROTOCOLOS DE CONSULTA COM FOCO NA SOCIOBIOECONOMIA.

a. Mapear e Compreender as Dinâmicas Comunitárias

- Realizar um diagnóstico inicial para entender o contexto da comunidade, incluindo papéis, normas e relações de poder. Identificar barreiras que limitam a participação de mulheres e jovens, como a falta de mobilidade, normas culturais, ou carga de trabalho doméstico e cuidado.
- Entender a diversidade interna da comunidade (por idade, gênero, etnia, status socioeconômico) e como isso impacta a participação.



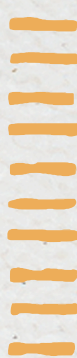


b. Definir os Objetivos de Inclusão

- Estabelecer metas claras para a participação de mulheres e jovens no processo decisório, considerando o impacto que se espera para esses grupos e a importância de suas vozes no processo.
- Desenvolver diretrizes de inclusão específicas, garantindo que o espaço de participação seja acessível e seguro para mulheres e jovens.

c. Identificar Líderes e Mediadores Comunitários

- Identificar e envolver líderes e mediadores locais, especialmente mulheres e jovens, que possam representar os interesses de seus grupos e facilitar a comunicação entre a comunidade e os organizadores.
- Estabelecer parcerias com organizações de apoio (como associações de mulheres, grupos de jovens, ONGs) que já trabalham com esses públicos.



d. Planejar Consultas Inclusivas e Acessíveis

- Adaptar horários e locais de consulta para atender às necessidades de mulheres e jovens, como a escolha de horários que não coincidam com responsabilidades domésticas e locais que sejam acessíveis.
- Utilizar metodologias participativas (como rodas de conversa, oficinas, mapeamentos coletivos) que favoreçam o engajamento e diálogo, respeitando as formas de comunicação preferidas de cada grupo.

d. Oferecer Capacitação e Informações

- Capacitar mulheres e jovens sobre os temas em discussão, suas implicações e como participar de forma efetiva, fornecendo explicações e materiais informativos em linguagem acessível e, se necessário, na língua local.
- Desenvolver habilidades de liderança em mulheres e jovens, promovendo treinamentos para que se sintam confortáveis em se expressar e tomar decisões.





e. Criar Mecanismos de Representatividade

- Estabelecer quotas ou espaços específicos para a participação de mulheres e jovens em comitês, conselhos ou grupos de decisão, quando necessário, para assegurar sua presença ativa.
- Instituir canais de comunicação direta para esses grupos, possibilitando que expressem suas preocupações e sugestões durante todo o processo.

f. Monitorar e Avaliar a Participação

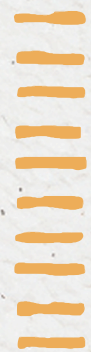
- Avaliar continuamente o processo para identificar se mulheres e jovens estão conseguindo participar plenamente e se estão se sentindo representados.
- Implementar ajustes quando necessário, como fornecer apoio adicional ou realizar reuniões de acompanhamento, para garantir que o processo seja inclusivo e representativo até o fim.

g. Dar Retorno e Reconhecer as Contribuições

- Dar feedback sobre como as contribuições de mulheres e jovens influenciaram as decisões finais. Isso ajuda a fortalecer a confiança e a garantir o compromisso contínuo desses grupos.
- Reconhecer e valorizar publicamente o papel de mulheres e jovens no processo, celebrando suas contribuições e fortalecendo a sensação de pertencimento e importância.
- Esse processo requer um esforço contínuo de inclusão e adaptação. Priorizando a voz e a representatividade de mulheres e jovens, cria-se uma base mais justa e equitativa para a tomada de decisões em qualquer contexto.

h. Publicação do Protocolo de consulta

- Transcrever as informações do Protocolo na linguagem da comunidade e identificar a forma mais usual de comunicação das comunidades e realizar publicação acessível como audiobook, vídeo e impresso.



i. Formatação de curso

- Proposta de curso para que empresas e instituições de ensino, pesquisa e inovação melhor garantam que os protocolos sejam implementados de forma genuína e não apenas como uma formalidade, com foco nas relações de gênero – mulheres, juventude e novas linguagens.

6.2. CURSO “GESTÃO INTELIGENTE DE PROTOCOLOS DE CONSULTA PRÉVIA, LIVRE E INFORMADA - EFETIVANDO OS PROTOCOLOS A PARTIR DE INTERSABERES E SUSTENTABILIDADE”

Após percorrer reflexões intersaberes envolvendo a Academia, o Jirau Ribeirinho e o Cesto de Conhecimento Tradicional Indígena, além de análise e recomendações de Protocolos de Consulta prévia, livre e informada o Grupo de Trabalho (GT) Sociobioeconomia na Amazônia: relações de gênero - mulheres, juventude e novas linguagens, que integra o Círculo do Conhecimento Saberes Sociobio, finaliza com a adição da última fibra que se entrelaça para a conclusão do cesto do conhecimento no nosso jirau inter-

saberes, apontando as recomendações que servirão para carregar as sementes para o futuro.

De modo geral, observamos que os protocolos de consulta existentes nos estados do Pará e Amazonas carecem de diretrizes específicas voltadas para questões de sociobioeconomia, além de apresentarem a ausência de critérios objetivos que garantam, de fato, a inclusão de mulheres e jovens nos processos de consulta, o que enseja e reforça a necessidade de recomendações.

Dentre as recomendações apontadas nas reflexões do caderno 4, a semente para o futuro que o GT pretende disseminar e que acredita que poderá garantir a inclusão efetiva de mulheres e jovens nos processos decisórios de suas comunidades (indígenas, quilombolas e outras populações tradicionais), é a capacitação dos interessados por meio da educação. Assim, elaboramos a proposta de um curso no formato híbrido, para ser realizado em parceria com atores estratégicos e atuantes na elaboração de protocolos, como por exemplo a plataforma do observatório de protocolos autônomos, o Ministério Público e organizações não governamentais como a Fase. O curso será direcionado aos Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs), empresas e comunidades tradicionais.





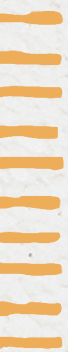
Desse modo, propomos a realização de curso de formação intitulado “Gestão inteligente de protocolos de consulta prévia, livre e informada - efetivando os protocolos a partir de intersaberes e sustentabilidade” que tem como principal objetivo suprir a lacuna de capacitação abrangente na elaboração, gestão e execução de protocolos de consulta. Ela busca resolver o problema da dificuldade que as comunidades têm no acesso ao conhecimento sobre as leis que os amparam e de como funciona o processo de elaboração dos protocolos de consulta, assim como as ferramentas para as comunidades, Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs), empresas implementarem os protocolos de maneira eficiente, sustentável e alinhada às necessidades reais do dia a dia, indo além da simples execução técnica.

Dentre as recomendações que a proposta aborda, destacam-se: (1) o desenvolvimento de práticas de gestão estratégica para protocolos, (2) a promoção de uma abordagem que integre saberes acadêmicos e tradicionais, (3) a garantia de que os protocolos sejam flexíveis, éticos, culturalmente sensíveis e (4) a inclusão ativa das mulheres e jovens, além do (5) estímulo à criação de mecanismos de avaliação e adaptação contínuos.

O objetivo central da proposta é capacitar os participantes, principalmente mulheres e jovens, para elaborar, gerir e adaptar protocolos de consulta de forma holística e eficiente no cotidiano. Para alcançar esse objetivo, as capacitações serão adaptadas para que horários e locais de formação possam atender às necessidades de mulheres e jovens; serão oferecidos treinamentos práticos, como workshops interativos que simulam cenários reais; recursos digitais, com o desenvolvimento de ferramentas para monitoramento e gestão; e mentorias conduzidas por especialistas que integrarão diferentes tipos de conhecimentos.

A solução inovadora da proposta reside na integração de saberes acadêmicos e tradicionais, valorizando a riqueza de ambos e promovendo a criação de sistemas de suporte baseados em tecnologias digitais simples e adaptáveis, que facilitem a gestão diária de protocolos.

O público-alvo do curso inclui associações, cooperativas, comunidades quilombolas, ribeirinhas, indígenas, empresas e Centros de Tecnologia da Informação (CTIs). A abrangência pretende alcançar desde o contexto local até o regional e internacional.

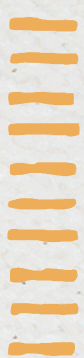




A valorização dos saberes acadêmicos na proposta ocorre por meio da aplicação de fundamentos teóricos e metodológicos sólidos, da validação prática baseada em pesquisas recentes e da incorporação de padrões éticos relevantes, através da elaboração de material informativo com estratégias e recomendações para a valorização das mulheres e jovens em relações comerciais e de pesquisa na sociobioeconomia.

Já a valorização dos saberes tradicionais é promovida através de consultas a lideranças comunitárias e representantes culturais, da criação de espaços para troca de práticas locais e do reconhecimento da oralidade e da experiência vivida como fontes legítimas de conhecimento.

A interação entre saberes é estimulada por uma abordagem colaborativa e multidisciplinar, que inclui rodas de diálogo para promover trocas entre acadêmicos, líderes comunitários e representantes de empresas; estudos de caso mistos que combinem experiências práticas e teóricas; e projetos coletivos desenvolvidos com contribuições de diferentes perspectivas.



O sucesso da proposta será medido através de diversos mecanismos, como o estabelecimento de quotas ou espaços específicos para a participação de mulheres e jovens para assegurar sua presença ativa; a avaliação por indicadores que monitorem o engajamento dos participantes, a retenção de conhecimento e a aplicação prática dos protocolos após o curso. Também serão realizados levantamentos de feedback qualitativo dos participantes sobre a relevância e aplicabilidade do curso em seus contextos cotidianos. Estudos de impacto de médio e longo prazo avaliarão as melhorias observadas na gestão de protocolos nas organizações ou comunidades envolvidas. Além disso, será avaliada a criação de uma rede de colaboração contínua entre os participantes e especialistas, como um indicador de interação e impacto duradouro.

Por fim, a presença de tradutores no processo de elaboração do protocolo indígena, garantindo o respeito e compreensão cultural, a precisão da informação fortalecimento da oralidade e de novas linguagens e a inclusão e participação de todos.



7. Referências bibliográficas



ACSELRAD, Henri. **Justiça ambiental, direitos e conflitos**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J. A.; **Segurança Alimentar e Agricultura Sustentável: Uma perspectiva Agroecológica**. Ciência e ambiente, Srta Maria-RS, v.1. n.27, p.153-165, 2003.

CARDOSO, Suellem Silveira; SCHMIDT, João Pedro. **Desigualdade de gênero e desafios para o empoderamento das mulheres agricultoras**. 2019.

CASTRO, Edna; CARMO, Eunápio Dutra. **Dossiê: Desastres e crimes da mineração em Barcarena**. Belém: NAEA: UFPA, 2019.

CIALDELLA, Nathalie et al. **Comunidades tradicionais tecendo o desenvolvimento territorial: três experiências de interações entre sociobiodiversidade, mercados, políticas públicas e ação coletiva**. Geo Uerj, v. 40, p. e64997 [24 p.], 2022.

COSTA, E. da S. **A persistência rionegrina: vivências e as gerações que virão. Plataforma de Antropologia e Respostas Indígenas à COVID-19**, vol. 1, n. 10, nov. 2021. Disponível em: www.pari-c.org. Acesso em: 28 nov. 2021.

COSTA, E. da S. **As Mães do DMIRN: Conquistas e Desafios**. 1. Ed. EDUA: Editora da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2023. p. 71.

COSTA, E. da S. **Mulheres do rio Negro e seus Cestos de Conhecimento durante a pandemia de COVID-19. Plataforma de Antropologia e Respostas Indígenas à COVID-19**, vol. 1, n. 5, jun. 2021. Disponível em: www.pari-c.org. Acesso em: 28 nov. 2021.

COSTA, E. da S. **Saúde e Cuidado: conhecimentos e práticas das mulheres indígenas do Rio Negro**. In SCOLFARO, A.; DIAS, C. (org.). Plano de gestão indígena do alto e médio Rio Negro: PGTA Wasu.1 ed. São Gabriel da Cachoeira: FOIRN, Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2021. 211-215.

ALMEIDA, Ana Cecília et al. **REFLEXÕES SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE DESIGUALDADE DE GÊNERO, MERCADO DE TRABALHO E EDUCAÇÃO DOS FILHOS**. Observatório socioeconômico da Covid-19: Perspectivas econômicas e sociais diante da pandemia, 2022.

MERONA, Bernard de. **Les peuplements de poissons et la pêche dans le bas Tocantins (Amazonie Brésilienne) avant la fermeture du barrage de Tucuruí**. Verhandlungen International Vereinigung Limnologie 22: 2.698-2.703, 1985.

FEARNSIDE, P.M.. **Global warming response options in Brazil's forest sector: Comparison of project-level costs and benefits**. Biomass and Bioenergy, 8(5): 309-322, 1995.

FEARNSIDE, Philip M. **Impactos ambientais da barragem de Tucuruí: lições ainda não aprendidas para o desenvolvimento hidrelétrico na Amazônia**. Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras. Manaus: Editora INPA, p. 53-72, 2015.

FRICKER, Miranda. **Epistemic Injustice: Power and the Ethics of Knowing**. New York: Oxford University Press, 2007.

GIFFONI, Johny Fernandes. **O direito à consulta prévia e os protocolos de consulta das comunidades quilombolas e tradicionais nos municípios de Moju e Abaetetuba no Estado do Pará**. ROSSITO, Flavia Donini et al. Quilombolas e outros povos tradicionais. Curitiba: CEPEDIS, p. 125-146, 2019.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário – 2006: Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.



SILVA JÚNIOR, José Silva; MENEZES, Lena Lavinias. **Conflitos institucionais e participação social na Amazônia: dinâmicas territoriais e governança**. Manaus: EDUA, 2020.

Leite, R.A.N. & M.M. Bittencourt. (1991). **Impacto de hidroelétricas sobre a ictiofauna amazônica: O exemplo de Tucuruí**. p. 85-100. In: A.L. Val, R. Figuiolo & E. Feldberg (eds.) *Bases Científicas para Estratégias de Preservação e Desenvolvimento da Amazônia: Fatos e Perspectivas*, Vol. 1. INPA, Manaus, AM.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5ª Edição – Editora Atlas –, Capítulo 4.7, 2003.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEJIAS, R. Gouveia. **Bioeconomia e suas aplicações**. ÍanDÉ Ciências e Humanidades. São Bernardo do Campo, v. 2, n. 3, p. 105-121, jul/2019 105 BIOECONOMIA E SUAS APLICAÇÕES

OLIVEIRA, R. M. de (2021). **“Respeitem a forma de a gente ser”**: **Protocolo de Consulta Munduruku e pluralismo jurídico**. *Revista Direito E Práxis*, 12(4), 2628–2657. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/50663>. Acesso em: 8 dez. de 2021

PEREIRA, Jeferson da Silva. **O território quilombola águas do velho chico: uma análise crítica sobre a convenção nº 169 da oit e os protocolos comunitários de consulta prévia, livre e informada como mecanismo de proteção dos direitos quilombolas**. ROSSITO, Flavia Donini et al. *Quilombolas e outros povos tradicionais*. Curitiba: CEPEDIS, p. 110-125, 2019.

PIRAUX, Marc; SOARES, Daniel Sombra; SIMOES, Aquiles. **A diversidade socioespacial do Território Baixo Tocantins e impactos na agricultura familiar. Na várzea e na terra firme: transformações socioambientais e reinvenções camponesas**. Belém: NUMA/UFPA, p. 77-114, 2017.

PROTOCOLOS comunitários de consulta e consentimento prévio, livre e informado. (2025). Disponível em: <https://observatorio.direitosocioambiental.org/>. Acesso em: 20 mai. de 2025.

SANTOS, Isaene de Arruda; MARQUES, Clarissa. **Desenvolvimento e neoextrativismo: conflitos socioambientais e a necessária consulta prévia nos projetos de infraestrutura**. *Revista de Direito Econômico e Socioambiental*, Curitiba, v. 14, n. 3, e249, set./dez. 2023. doi: 10.7213/revdireconsoc.v14i3.29757.

SCOLFARO, A; DIAS, C. (org.). **Plano de gestão indígena do alto e médio Rio Negro: PGTA Wasu**. 1 ed. São Gabriel da Cachoeira: FOIRN, Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2021.

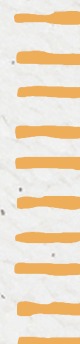
SHIVA, Vandana. **Staying Alive: Women, Ecology and Development**. Zed Books, 1988.

SANTOS, Amanda Rayana Silva; SILVA BENJAMIN, Aldrin Mario da. **Rede jirau de agroecologia: uma inovação estratégica para mobilização social no Baixo Tocantins**. *Revista Tecnologia e Sociedade*, v. 15, n. 38, 2019.

SILVA, Guilherme Oliveira; DA SILVA, Liana Amin Lima. **Protocolos quilombolas de consulta prévia e sua natureza jurídica vinculante**. ROSSITO, Flavia Donini et al. *Quilombolas e outros povos tradicionais*. Curitiba: CEPEDIS, p. 93-109, 2019.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** UFMG, 2010.

SPIVAK, GC. **Uma educação estética na era da globalização**. México: Siglo xxi Editores, 2017.





COLETÂNEA

SABERES SOCIOBIO

CADERNO 3: Gênero e Juventude: Intersaberes e Olhares sobre os
Protocolos de Consulta e Consentimento Prévio, Livre e Informado
ISBN: 978-65-80261-55-0 | DOI: 10.35170/ss.ed.9786580261550
Ano: 2025

saberessociobio.com

ISBN: 978-65-80261-55-0



9 786580 261550